Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade

Ana Amélia Calaça Magni

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para a
obtenção do título de Mestre em Saúde Pública

Área de Concentração: Saúde Ambiental

Orientadora: Profa. Dra. Wanda Maria Risso Günther

São Paulo

2011

Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade

Ana Amélia Calaça Magni

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós- Graduação em Saúde Pública para a
obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Ambiental
Orientadora: Profa. Dra. Wanda M. Risso Günther

São Paulo

2011

É expressamente proibida a comercialização deste documento em sua forma impressa e eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Dedico esta dissertação ao Renato e aos meus queridos pais. Inútil seria tentar descrever o sincero e imensurável amor que sinto por vocês. Guardem, apenas, esta minha conquista com vocês, na esperança de que ela demonstre o quanto consegui aprender com a luta, força e a vida vitoriosa de cada um.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora de mestrado, Prof^ª. Dr^ª. Wanda M. R. Günther, por ter acreditado que juntas poderíamos construir uma pesquisa de relevo àqueles que tanto precisam de nossa dedicação e respeito.

Ao senhor Romeu e a todos os cooperados da Cooperglicério, que mesmo em face de tantas dificuldades, não desistem de lutar e acreditar na sua força de trabalho e capacidade de transformação.

À Dona Jacy e a todos os cooperados da Cooperação, por sua enorme força e empenho.

À Professora Helena Ribeiro e à Gina Rizpah Besen, por suas opiniões extremamente relevantes ao prosseguimento desta pesquisa.

À Ângela Cassia Rodrigues, por diversas vezes ter lido meu projeto e pelas inúmeras contribuições.

À Teresa Barki, Advogada da União, por sua compreensão e por inúmeras vezes compartilhar comigo seu conhecimento e, juntas, aprendermos mais sobre a realidade dos catadores.

Aos meus queridos irmãos, Haide e Felipe: obrigada pelo apoio e amor.

Às minhas queridas amigas, Kátia, Alessandra e Patrícia: a amizade de vocês ilumina minha vida!

Aos queridos amigos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: muito obrigada por me ajudarem a realizar mais este objetivo.

RESUMO

MAGNI, A. A. C. Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2011.

O modelo de cooperativas de catadores de resíduos sólidos tem sido aquele utilizado pelo poder público, em suas políticas, no escopo de aliar coleta seletiva – manejo sustentável dos resíduos sólidos urbanos – com a inclusão social destes catadores. A análise da trajetória de cooperativas de catadores brasileiras aponta também para experiências bem sucedidas oriundas da ação dos próprios catadores unidos a outros atores da sociedade civil, que não aqueles ligados diretamente ao poder público. Face aos modelos formais impostos às cooperativas de catadores, especialmente dentro dos requisitos necessários à formalização de convênios com prefeituras municipais, resta pertinente a dúvida de que, em que medida, tal convênio tem trazido reais benesses aos cooperados conveniados e, àqueles que não firmaram tal convênio, quais benefícios são obtidos pela observância do modelo cooperativista, independente da atuação do poder público. Com o objetivo de verificar tal situação, foi traçado inicialmente um panorama histórico das experiências de catadores, passando por uma abordagem jurídico-institucional do modelo cooperativista. Após, mediante aplicação de indicadores que buscaram medir a capacidade inclusiva de duas cooperativas paulistas – uma parceira da Prefeitura de São Paulo, a Cooperação, e a outra, a Cooperglicério, que não goza de tal convênio -, buscou-se inferir a realidade institucional e dos membros de cada uma das cooperativas, com enfoque nas diferenças proporcionadas pela existência do convênio formal com o poder público. Ao final, concluiu-se que a existência de convênio com o Poder Público garante aos cooperados conveniados melhorias efetivas que trazem em seu bojo a possibilidade real de inclusão social. No entanto, o pleno desenvolvimento cooperativista – com a consequente inclusão social, factual, plena – encontra grande óbice na ausência de capacitação dos cooperados em relação aos princípios e modelos cooperativistas, em face da disseminação da ideia de “cooperativas de fachada”, ou por problemas de capacitação na gestão do empreendimento cooperativista. Finalmente, conclui-se pela necessidade de novos estudos que possam aprofundar a questão abordada nesta dissertação, com o escopo de fornecer maiores subsídios à atuação estatal nas parcerias com as cooperativas.

Palavras-chave: Coleta seletiva, reciclagem, cooperativas de catadores de resíduos sólidos, políticas públicas.

Abstract

MAGNI, A. A. C. *A City's Solid-Waste Pickers Co-operatives: Outlook towards Sustainability* [Master's thesis]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2011.

The model of solid-waste pickers co-operatives has been used by the government, through its policies, with the purpose of combining selective waste collection – sustainable management of urban solid waste – with social inclusion for those waste pickers. Analysis of the paths taken by these co-operatives in Brazil points to well-succeeded experiences sprung forth by the actions of those pickers in association with other players in society, which are not directly linked to the government. In spite of formal models imposed on pickers co-operatives, especially within the requirements to formalize partnerships with municipal governments, there remains a relevant question, concerning the extension of real benefits brought to the partnerships co-operative and its members; and how this co-operative model can also benefit those who have not partaken of such agreement, regardless of the government's actions. With the goal of assessing that reality, a historical overview was laid out on the pickers' experience, through a legal-institutional approach of the co-operative model. By applying indicators that sought to measure the potential for inclusion of two co-operatives in the city of São Paulo – one, the *Cooperação*, a partner of the Municipality of São Paulo, and the other, *Cooperglicério*, which does not have such an agreement – an attempt was made at profiling each institution as well as its members, with an emphasis on the existence or absence of a formal agreement with the government. Then, the existence of a partnership with the government is argued for as yielding actual benefits to the endorsed co-operatives – opportunities that bring about social inclusion. Nonetheless, full development of the co-operative model – resulting in factual, indelible *social inclusion* – finds in the lack of training in co-operative principles and models, by the working members, one of its greatest obstacles, due to the spreading of the idea of “fake cooperatives”, or to problems related to training in co-operative management within the organization. Finally, a concluding evaluation asks, on necessity, for further studies – which may deepen in and branch out the subject addressed in this work, with a goal at providing better criteria and guidelines to government action in its partnerships with co-operatives.

Key-words: Selective waste collection, recycling, waste pickers co-operatives, public policies.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	12
1.2. OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: CARACTERÍSTICAS E SEUS COMPONENTES RECICLÁVEIS	12
1.3. IMPACTOS AO MEIO E À SAÚDE CAUSADOS PELOS RSU	15
1.4. RECICLAGEM OU REDUÇÃO DOS RESÍDUOS?	18
2. OBJETIVO	22
2.1 GERAL	22
2.2 ESPECÍFICO	22
3. JUSTIFICATIVA	23
4. METODOLOGIA	25
4.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	25
4.2. ESTUDO DE CASO	27
4.3. ANÁLISE DOCUMENTAL	27
4.4. APLICAÇÃO DOS INDICADORES	28
5. O MODELO COOPERATIVISTA – PECULIARIDADES E HISTÓRICO	32
6. AS COOPERATIVAS DE “FACHADA”	40
7. O TRABALHO INFORMAL E O COOPERATIVISMO	43
8. A POPULAÇÃO DE RUA DAS GRANDES METRÓPOLES	46

9. O MODELO FORMAL DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE RSU BRASILEIRAS	49
10. A EXPERIÊNCIA DE COOPERATIVAS DE CATADORES DE RSU BRASILEIRAS	51
10.1. O CASO DA ASMARE DE BELO HORIZONTE	51
10.1.1 A Organização da ASMARE	56
10.2 A COOPERGLICÉRIO	59
10.2.1 O Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis	64
10.3 A COOPERAÇÃO	67
11. A COMPETÊNCIA PELA GESTÃO DOS RSU	71
12. RESULTADOS	74
12.1 RESULTADO DOS INDICADORES APLICADOS NA COOPERGLICÉRIO	74
12.2 RESULTADO DOS INDICADORES APLICADOS NA COOPERAÇÃO	86
13. DISCUSSÃO	95
14. CONCLUSÃO	105
15. REFERÊNCIAS	107

Lista de Figuras

Figura 1 -	Material coletado individualmente por três membros da Cooperglycério	62
Figura 2 -	Disposição do material comum no galpão da Cooperglycério, logo após seu recebimento	63
Figura 3 -	Galpão da Cooperação; destaque ao fundo para o caminhão de propriedade da cooperativa	69
Figura 4 -	Galpão da Cooperação, destacando o recebimento de resíduos	70
Figura 5 -	Estação móvel da Cooperglycério para coleta de óleo de cozinha usado	76
Figura 6 -	Bicicleta utilizada pela Cooperglycério na coleta residencial de óleo de cozinha usado	77
Figura 7 -	Mural de comunicação interna da Cooperglycério	78
Figura 8 -	Único veículo da Cooperglycério, adquirido com recursos próprios	80
Figura 9 -	Computadores, ainda sem uso, doados à Cooperglycério	81
Figura 10 -	Única balança da Cooperglycério	82
Figura 11 -	Ambiente de trabalho da Cooperglycério, destacando fezes de animais misturadas aos resíduos que ainda serão triados	85
Figura 12 -	Materiais prontos para comercialização na Cooperação	90
Figura 13 -	Caixa de força da Cooperglycério instalada pela Eletropaulo	103

Lista de Tabelas

Tabela 1 -	Indicadores de sustentabilidade de organização de catadores	30
Tabela 2 -	Comparação entre os indicadores de sustentabilidade levantados na Cooperglícério e na Cooperação	94
Tabela 3 -	Comparativo quantitativo das tendências de sustentabilidade observadas na Cooperglícério e na Cooperação	95

1 Introdução

A gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) praticada pelo poder público brasileiro – especialmente por seus municípios -, encontra desafios que extrapolam a questão dos impactos ambientais causados por sua geração e disposição inadequada. Tal gestão depara-se também com os desafios das implicações sociais ocasionadas pela geração excessiva de resíduos, típicas da sociedade contemporânea, que trazem em seu bojo a figura da **exclusão social**. Ora, as inúmeras riquezas geradas e o volume de resíduos eliminados não atingem a todos os indivíduos igualmente; há aqueles inúmeros que, marginalizados da sociedade de consumo, acabam por tirar dos rejeitos desta sociedade, sua sobrevivência.

Inicialmente, salutar esmiuçar o conceito de RSU, explicitando seus elementos recicláveis como importante elemento gerador de renda e não somente de impactos.

1.2 Os Resíduos Sólidos Urbanos: características e seus componentes recicláveis.

Apenas como esclarecimento terminológico, cabe definir quais resíduos sólidos devem ser incluídos sob a designação de resíduos sólidos urbanos (RSU). Trata-se de resíduos de diferentes origens: os resíduos sólidos domiciliares, aqueles resíduos sólidos oriundos de pequenos geradores comerciais e os que têm sua origem ligada à limpeza urbana das áreas públicas. Na presente pesquisa serão consideradas somente as duas primeiras categorias de resíduos, excetuando-se, portanto, aqueles gerados pela limpeza

urbana, uma vez que não são encaminhados às cooperativas de catadores. Portanto, os resíduos sólidos urbanos são aqueles passíveis de coleta regular municipal.

A composição dos RSU é inerentemente heterogênea, mas contempla um importante elemento: os **resíduos recicláveis**, que serão abarcados na presente pesquisa. Trata-se daqueles resíduos que podem ser reaproveitados ou recuperados, mantendo, portanto, um valor intrínseco.

Dentro do contexto da gestão integrada e compartilhada dos RSU – conceito previsto também na Política Nacional de Resíduos Sólidos – bem como no Decreto 7.404/2010, que o regulamenta, e que serão aprofundados posteriormente -, a reciclagem e reutilização são importantes instrumentos para a minimização dos resíduos. Esta minimização, por sua vez, contempla ainda a redução dos resíduos diretamente na fonte, fechando o quadro dos conhecidos “3Rs” minimizadores dos resíduos, como preconizado na Agenda 21.

A própria lógica do sistema capitalista, por sua vez, implica na prevalência da lógica da reciclagem-reutilização, em detrimento daquela da redução na fonte. A reciclagem, especialmente, ganha relevo quando consideramos a grande quantidade de resíduos gerados que, a cada dia, torna-se um grande desafio de gestão para o poder público. Os dados atuais de geração de resíduos sólidos urbanos apontam um intenso crescimento, dada à elevada taxa de crescimento da população urbana brasileira. Segundo dados do IBGE (2010), 85% da população brasileira vive nas cidades e, em escala mundial, mais da metade da população vive em áreas urbanas. Porém, resta indagar como chegamos a tal situação de acúmulo de resíduos.

O grande marco para o início da acumulação de resíduos sólidos oriundos de atividades humanas foi o processo de sedentarização. Com o advento do domínio de técnicas agrícolas, o homem neolítico se fixou à terra, conseguindo extrair dela todos os recursos de que necessitava, bem como quantidades razoáveis de excedentes. Tal fator foi fundamental à expansão da humanidade e ao surgimento das grandes cidades. Foi, no entanto, com a Revolução Industrial que a acumulação de resíduos sólidos atingiu níveis elevados e crescentes até os dias atuais, e o Homem de fato alterou a natureza irremediavelmente.

Há inúmeras definições para o termo resíduo sólido, mas iremos nos ater àquelas mais simples e operacionais; Baash (1995) define como sendo toda e qualquer matéria sólida rejeitada por não ter mais utilidade funcional ou estética. Independentemente da definição, é importante observar os diferentes fatores que influenciam a geração destes resíduos, com vistas a uma gestão mais eficiente, realmente integrada e que atinja os escopos destacados anteriormente. Baash (1995) e Oliveira (1999) destacaram alguns desses fatores, a saber: número de habitantes de determinada localidade; hábitos e costumes da população; nível de renda familiar; fatores sazonais, etc.

Os RSU são, obviamente, também influenciados por tais fatores, com composição tão complexa quanto a própria sociedade que o gera. Esta sociedade urbana tem por sua vez modificado e intensificado seu padrão de consumo, caracterizado por uma crescente utilização de energia, já que necessita aumentar constantemente sua produção para sustentar seu padrão de consumo.

O padrão de consumo destacado, por sua vez, tem sua origem ligada ao crescimento econômico pouco sustentado. No entanto, há de se considerar outros fatores incluídos em tal realidade, especialmente a cultura e o próprio sistema capitalista, baseado em uma busca crescente por lucros e aumento da produção. A redução na geração de resíduos, certamente a solução mais direta e a única realmente eficaz, envolveria mudanças nesta estrutura, fato destacado por Besen e Jacobi (2006). Os autores afirmam ainda que diversos pesquisadores, ao tratarem da questão da redução da geração de resíduos pela redução do consumo, acreditam tratar-se de um tema de políticas de sustentabilidade, e não somente de política ambiental, e que pressupõe uma transformação de estruturas e padrões que definem a produção e o consumo, a partir da avaliação da capacidade de sustentação dos ecossistemas e dos recursos naturais. Há ainda a própria lógica liberal; Dworkin (2005) afirma que o próprio mercado, desde que livre da intervenção do Estado, cuidará de preencher o requisito de igualdade entre os indivíduos.

Ora, baseados em uma política liberal e capitalista, com a mínima ingerência do Estado de forma direta na vida particular dos indivíduos e no próprio mercado (incluindo, então, as etapas da produção), o que se destaca como solução viável para a questão do crescente acúmulo de RSU é a utilização das outras duas possibilidades dos “3Rs”: a *reutilização* e, principalmente, a ***reciclagem***. Neste sentido, Besen (2011) destaca que:

“A saúde humana e dos ecossistemas pode ser afetada pela produção de resíduos em todas as suas fases, da geração à disposição final. Portanto, reduzir a geração dos resíduos

sólidos demanda respostas urgentes que implicam em mudanças dos padrões existentes de produção e consumo da sociedade moderna e a implantação de um gerenciamento integrado, sustentável economicamente, socialmente justo e ambientalmente eficiente”(Besen, 2011, p. 20).

Considerando-se a questão dos impactos dos resíduos sólidos, devemos nos ater a uma breve explanação sobre as diversas formas que tais impactos se processam.

1.3 Impactos ao meio ambiente e à saúde causados pelos RSU

Importante destacar que a relação dos resíduos com os impactos citados não é direta e nem fácil de mensurar. Rêgo et al (2002) desenvolveram um estudo sobre a relação da disposição de resíduos urbanos e o aparecimento de doenças e impactos ao meio ambiente, percebidas pela população, e destacam:

“Os relatos detalhados dos processos de adoecimento, por exemplo, a transmissão da diarreia e de parasitoses intestinais, a partir do contato das crianças com o lixo, nos remetem à natureza complexa, subjetiva e contextual da relação entre saúde/doença/cuidado e aos processos interativos das relações entre os sujeitos humanos e seu meio ambiente. Pode-se verificar, nas análises das entrevistas realizadas, que os mecanismos apontados para a transmissão das doenças são coerentes com o que está descrito na literatura. Esta compreensão é certamente resultante de "modelos que organizam a experiência", apontando para a necessidade de mais estudos para a elucidação da relação entre o lixo, como

um fator de risco ambiental, e saúde” (Rêgo et al, 2002, p. 1590).

Embora de fato a natureza da relação entre os RSU e seus impactos seja complexa, Ferreira e Anjos (2001) elencam uma cadeia de indivíduos que sofreriam impactos em sua saúde pela inadequada disposição dos RSU. O primeiro grupo seria formado pelas pessoas que não têm acesso à coleta domiciliar regular, os segmentos mais pobres da sociedade. Como não tem outra opção, lançam seus resíduos diretamente na área ao seu entorno, gerando um meio ambiente deteriorado, com fortes maus odores, fumaça e proliferação de vetores de doenças, que se alimentam destes restos, proliferando-se. Outra camada da população atingida seria aquela que reside nas proximidades de unidades de tratamento e disposição dos RSU. Nos lixões, bastante disseminados em países em desenvolvimento, os resíduos estão dispostos de maneira incorreta, e acabam por ter como produto, além do forte odor e da presença de vetores de doenças, a contaminação dos lençóis freáticos da região de seu entorno pelos líquidos percolados, que acabam por atingir as pessoas que se utilizam das águas de poços adjacentes. Os aterros sanitários, que impedem a contaminação do solo, inevitavelmente geram também fortes odores que atingem os moradores de seu entorno, devido à decomposição da matéria orgânica. O fator de contaminação dos lençóis freáticos pode atingir inúmeras pessoas, mesmo aquelas que moram a consideráveis distâncias da fonte geradora do contaminante. Por fim, há ainda a geração dos gases de efeito estufa que, dentre outros impactos, leva às mudanças climáticas, com destaque ao aquecimento global.

Contudo, sendo este fato especialmente relevante à presente pesquisa, os indivíduos mais afetados serão certamente aqueles que manipulam diretamente os RSU, desde catadores a cooperados em uma central de triagem de resíduos. A falta de equipamentos de proteção individual (EPIs), de treinamento e o próprio contato direto com potenciais contaminantes tornam esta população a mais vulnerável aos impactos à saúde causados pelos RSU.

Ferreira (1997) destaca que os agentes potenciais de causarem impacto à saúde daqueles que manipulam diretamente os RSU são de três categorias: **físicas ou mecânicas**, aquelas cujo agente geralmente independe da atividade do trabalhador, e depende do contato direto com a fonte, como por exemplo, o odor, o ruído de instrumentos e máquinas utilizadas durante suas atividades, a poeira emanada dos RSU que, dependendo de sua origem, pode gerar sérios agravos a saúde dos trabalhadores, e a existência de objetos perfurantes e cortantes. Tais objetos, além de ferirem os trabalhadores, favorecem a entrada de inúmeros microorganismos que, por sua vez, podem gerar inúmeras infecções. A segunda categoria é formada pelos agentes **químicos**. Estes têm ganhado importância com o crescente descarte de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (REEE); o descarte e a disposição final indiscriminados de elementos como pilhas e baterias, que têm em sua composição diversos metais pesados, podem contaminar o solo, os lençóis freáticos, e ainda tem efeito cumulativo na cadeia biológica. Na saúde humana, há o risco de diversos efeitos à saúde, tais como sérios problemas neurológicos. Neste diapasão, Besen (2011) denota que:

No Brasil, devido à falta de uma regulação específica, esses produtos são destinados conjuntamente com os resíduos das residências, principalmente os REE de origem domiciliar. Pelas ruas de São Paulo é possível encontrar TVs e monitores (TCR), impressoras, partes de computadores e fornos de microondas, nas calçadas ou em caçambas. Quando encaminhados a sucateiros ou a programas de coleta seletiva, os equipamentos podem ser desmontados sem os devidos cuidados, para a retirada de materiais com valor no mercado secundário da reciclagem, como cobre de fios e cabos elétricos (...). Os REEE de maior porte tem grande quantidade de material ferroso, com boa comercialização para reciclagem, mas ainda há problemas com o gás clorofluorcarbono (CFC) de geladeiras e os metais pesados de tubos de raios catódicos (Besen, 2011, p. 120).

Inseticidas e herbicidas, também cada vez mais frequentes nos RSU, são potenciais causadores de intoxicações agudas e crônicas.

Finalmente, a terceira categoria de agentes seria os **biológicos**. Estes se caracterizam pela presença de diversos microrganismos capazes de gerar infecções e levar ao aparecimento de inúmeras doenças. Os diretos são aqueles que já acompanham os RSU, tais como aqueles incorporados ao sangue humano; os indiretos são vetores que passam a se utilizar destes tipos de resíduos como habitat. Os efeitos na saúde são os mais diversos, como aqueles provocados por agentes responsáveis por doenças do trato intestinal, dermatites, hepatite, etc.

1.4 Reciclagem ou redução dos resíduos?

Considerando-se a conjectura da sociedade de consumo anteriormente destacada e os diversos impactos gerados, a reciclagem de resíduos sólidos, desde que atendidas todas as condições de segurança e salubridade, especialmente àqueles que manipulam diretamente tais resíduos, desponta como alternativa capaz de minimizar os impactos da disposição dos resíduos no meio ambiente, tornando disponível matéria prima que não implique em novos custos à natureza. No que se refere à dimensão social promove a melhoria das condições de vida, por meio da geração de empregos e renda, e de trabalho formal e informal (Besen, 2011).

Não obstante a opção da reciclagem, especialmente, como uma das etapas indispensáveis da gestão dos resíduos, cabe ainda destacar iniciativas e acordos que apontam para **a redução** como a escolha mais adequada à questão dos resíduos – como é o caso da Agenda 21 abaixo destacada.

O consenso expresso na elaboração da Agenda 21, em seu capítulo específico dedicado aos padrões de consumo, é destacado pela afirmação de que as desigualdades nos padrões mundiais de consumo e produção devem ser sanadas para que o meio ambiente seja protegido e melhorado. Cita-se, ainda, o fato de que a pobreza e a degradação do meio ambiente estão estreitamente ligadas. Barata (1996) cita que, não por acaso, o ônus ambiental, embora de caráter eminentemente universal, e originado por todos os indivíduos, recai sempre nas camadas populacionais mais vulneráveis. Ora, essas nada mais são do que aquelas que dispõem de menos recursos econômicos e menor acesso ao conhecimento e tecnologia. Em uma escala global, esta camada corresponde aos países em desenvolvimento; dentro de cada país, cabe às classes menos abastadas

sofrerem o ônus causado por todo o dano ambiental de um padrão de consumo insustentável daqueles que dispõem de mais recursos. Claro está, assim como a própria Agenda 21 defende, que a falta de recursos aos mais pobres origina inúmeros impactos ao ambiente, tais como poluição das águas, do solo (pela falta de saneamento), etc.

A Agenda 21 Brasileira (2002) defende, por outro lado, o combate à cultura do desperdício, considerada herdada dos nossos colonizadores (que ao se defrontarem com uma abundância aparentemente inesgotável de recursos naturais, transmitiram a nós tal padrão de comportamento). Outrossim, ainda na Agenda 21, há ênfase no corte do desperdício desde a produção dos bens e uma mudança na educação dos indivíduos, que devem passar a valorizar formas mais sustentáveis de produção e consumo. Por fim, no Objetivo 9 da mesma agenda, “Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde”, temos como ações e recomendações: *Promover hábitos de redução do lixo e a implantação da coleta seletiva voltada para reciclagem e aproveitamento industrial; Promover programas de geração de renda para população mais pobre dos grandes centros urbanos, por meio da coleta e reciclagem do lixo* (Agenda 21 Brasileira, 2002, g.n.).

Assim, considerando a problemática ambiental e social gerada pelo acúmulo de resíduos – e os padrões de consumo crescentes, ante a opção pela reciclagem em face da redução –, as cooperativas de catadores, formadas por indivíduos socialmente excluídos, ganham intenso relevo, ao colocarem estes cooperados na figura de verdadeiros agentes ambientais.

O modelo de organização cooperativista, por sua vez, apresentou-se como solução mais efetiva a estes catadores, em sua busca por reconhecimento social, como trabalhadores, na esperança de abandonar o estigma marginalizado que os cercavam e, principalmente, através da obtenção de renda, pleitear a tão buscada inclusão social. É relevante, no entanto, que existam estudos que abordem a realidade de tais cooperativas; a qualidade das parcerias desenvolvidas com o poder público; as condições de trabalho, de conscientização sobre o modelo cooperativista e, de que forma, o poder público – ou a própria sociedade civil – podem agir para que estes cooperados promovam, além do saneamento ambiental, sua própria **inclusão social**.

Como elementos que motivaram a presente pesquisa – que demonstraram a situação da coleta seletiva e das cooperativas de catadores, temos os dados da pesquisa, realizada nos anos de 2004 e 2005, intitulada de “Programas municipais de coleta seletiva de lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de saneamento ambiental na Região Metropolitana de São Paulo” (COSELIX). Nesta pesquisa, realizada nos 19 municípios que então desenvolviam a coleta seletiva em parceria com prefeituras municipais, na Região Metropolitana de São Paulo, demonstrou ser reduzido o número de catadores cooperados em relação àqueles autônomos; constatou o fato de as prefeituras não cobrarem taxas específicas para a coleta e tratamento de resíduos e os recursos repassados às cooperativas, mediante o convênio firmado com as respectivas prefeituras, ser insuficiente para que estas cooperativas investissem em tecnologia, pudessem crescer e agregar novos catadores – ou ao menos adquirir o material coletado por catadores autônomos.

Pesquisas que procurem retomar experiências bem sucedidas de cooperativas de catadores – mesmo longe da égide das parcerias com o Poder Público – e procurem identificar a capacidade de inclusão social deste modelo, são escassas. Soma-se a estes elementos a necessidade de desmembramentos específicos das características jurídicas do modelo cooperativista, conhecimento através do qual será possível, então, diagnosticar o quanto a obediência a todos os elementos inerentes ao cooperativismo são aptos a promoverem a inclusão social de seus membros.

Destarte, se faz necessária, para uma correta compreensão dos elementos que compõem o modelo cooperativista, um desmembramento de pontos determinantes e inerentes, que o caracterizam. É o que pretendemos fazer a seguir, não deixando ainda de contemplar questões de políticas públicas e legislação específicas de resíduos sólidos, no âmbito das três esferas do poder público.

2 Objetivo

2.1 Geral

A presente dissertação tem como objetivo traçar um panorama de experiências de cooperativas de catadores formadas por catadores de materiais recicláveis, buscando denotar a capacidade de inclusão social promovida por este modelo associativo dos trabalhadores. Ainda, o detalhamento e entendimento de todos os elementos caracterizadores do modelo cooperativista serão abarcados pela presente pesquisa.

2.2 Específico

Mediante os resultados obtidos em dois estudos de campo efetuados em duas cooperativas paulistanas – sendo apenas uma delas parceira da prefeitura municipal –, buscou-se entender as distinções e peculiaridades promovidas pelas parcerias entre poder público e essas cooperativas. Mediante tal panorama, procurou-se identificar as consequências dessas parcerias – especialmente em termos de inclusão social para os membros das cooperativas parcerias. Ainda, buscou-se inferir em que medida as cooperativas que prescindem de tal parceria têm sua capacidade de inclusão social alterada ou mesmo reduzida.

3 Justificativa

Justifica-se tal estudo pelo momento brasileiro e mundial atual – se faz mister compreender as diferentes formas pelas quais os trabalhadores excluídos do sistema formal de trabalho acabam por empreender uma busca rumo à inclusão social atuando, por sua vez, em uma atividade tão cara ao meio ambiente: a coleta seletiva e a reciclagem. Dada a relevância destes temas – e considerando-se a importância de estudos aprofundados sobre a realidade de trabalho e das qualidades das parcerias entre o poder público e as cooperativas – é necessário que sejam empreendidos estudos que compreendam as diversas esferas das cooperativas e dos cooperados, em contraposição às políticas públicas massificantes.

Deve-se destacar que uma possibilidade de inclusão social é dada às pessoas que atuam em cooperativas de catadores. Tal possibilidade é viabilizada por meio de políticas públicas - no caso do município de São Paulo, pela parceria entre estas e a prefeitura municipal – e por meio de movimentos da sociedade civil. Em âmbito federal, a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis também desponta como política pública de inclusão social, tendo o Decreto 5.940/2006 consubstanciado tal intenção.

Considerando-se a relevância da existência de tais cooperativas e da viabilidade destas pelas parcerias que esta estabelece com diferentes entes, resta pertinente e fundamental o questionamento sobre a **qualidade, a real situação** das parecerias firmadas pelas cooperativas, tanto aquelas fundadas em políticas públicas – destacando-se a importância do poder público -, como aquelas que têm como principais agentes elementos da sociedade civil. Acrescentamos a isto o fato de que a inclusão social efetiva somente existirá se houver observância fiel aos princípios do cooperativismo; estes princípios se coadunam em uma estrutura específica de cooperativa, que conta com pressupostos jurídicos necessários a sua completa realização. Os princípios anteriormente elencados são passíveis de observação empírica e podem ser considerados parâmetros para que a avaliação da capacidade de determinada cooperativa cumpra sua principal função social: **a inclusão social**.

A estruturação sólida de uma cooperativa – fornecida, dentre outros elementos, pela observância aos princípios cooperativistas – gera grande fidúcia e esperança entre os cooperados que partilham do ideal de inclusão social e obtenção de cidadania. Sabbag

(2003) destaca a grande esperança por parte dos cooperados, que se contrapõe à insegurança gerada por certas estruturas de cooperativas, associada à incerteza do futuro:

“quanto maior for a segurança que as condições de organização e práticas da cooperativa oferecem a seus cooperados sobre sua estrutura, sobre um ambiente adequado, sobre o conceito de justiça no trabalho, sobre a harmonia no trabalho e sobre a perspectiva da continuidade, maior a possibilidade de ser mantida a expectativa de que o trabalho prossiga e represente uma alternativa digna no conjunto de opções presentes no mercado de trabalho” (Sabbag, 2003, p. 75).

A questão que se levanta para investigação é, então, considerando-se experiências de cooperativas bem sucedidas, aliadas aos novos estudos em cooperativas que seguem diferentes modelos de parcerias, *em que medida a atuação do poder público e de movimentos da sociedade civil fortalecem os princípios cooperativistas, estimulando a formação e desenvolvimento das cooperativas de catadores e, assim, proporcionando maiores chances de inclusão social?*

4 Metodologia

A metodologia da presente dissertação compreenderá as seguintes etapas:

4.1. Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica foi direcionada para aspectos relevantes à presente pesquisa:

i) Cooperativas: Estrutura e Aparato Jurídico-institucional

Tal tema será abordado do ponto de vista da função social do cooperativismo, enquanto meio de inclusão social de seus cooperados. Através de levantamento

específico da estrutura formal de uma cooperativa e de seus requisitos jurídicos de existência e de validade, formou-se um panorama legal e estrutural que serviu de subsídio para a interpretação dos dados colhidos junto às cooperativas selecionadas, bem como para uma análise crítica do panorama de experiências cooperativistas brasileiras.

ii) Políticas Públicas de Desenvolvimento de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Inclusão Social

Foram estudadas políticas públicas do Município de São Paulo, voltadas às questões das cooperativas. Buscou-se compreender os mecanismos através dos quais as parcerias são firmadas e qual o referencial ideológico que cerca tais parcerias – como pano de fundo o próprio conceito de inclusão social. Outrossim, foi dado enfoque também às políticas federais, em especial àquelas circunscritas ao Comitê Interministerial de Inclusão de Catadores de Materiais Recicláveis, desde sua criação até o presente momento.

iii) Ações emanadas de atores da sociedade civil

Em face das parcerias firmadas pelo Poder Público, foram estudados, também, os meios de atuação da sociedade civil - na implementação e fomento de cooperativas de catadores. Assim, buscou-se obter instrumentos hábeis para a comparação de cooperativas que gozem de convênios efetuados com certos atores da sociedade civil e com o poder público daquelas que, prescindindo do

apoio direto estatal, subsiste exclusivamente pelo apoio obtido junto à sociedade civil.

4.2. Estudo de Caso

Seleção do caso (área de estudo): o estudo foi desenvolvido na **Cooperglycério** uma das cooperativas pioneiras no Município de São Paulo –, que não mantém parceria formal com a Prefeitura do Município de São Paulo, sendo porém a primeira cooperativa habilitada pela Advocacia Geral da União (AGU), órgão ligado ao Poder Executivo Federal, no âmbito do desenvolvimento do programa federal Coleta Seletiva Solidária. O outro estudo de caso se processou na cooperativa **Cooperação**, parceira da Prefeitura Municipal de São Paulo, possibilitando a comparação em relação à existência ou não de parceria formal com o Poder Público – no caso, com a Prefeitura Municipal de São Paulo – como fator impactante de inclusão e desenvolvimento cooperativista. Adicionalmente, buscou-se inferir a capacidade de as parcerias efetivadas no âmbito do programa federal Coleta Seletiva Solidária – que no caso em tela se coadunam pela parceria firmada entre a Cooperglycério e a AGU – trazerem efetivas melhorias na realidade das cooperativas parceiras.

4.3. Análise documental

Foi feita uma análise de documentos das cooperativas em tela, tais como o Estatuto Social, a Ata das últimas assembleias, documentos de registro dos cooperados (acidentes de trabalho, afastamentos, controle de vacinação, cursos realizados, etc.) bem

como o livro contábil da cooperativa, no qual há o registro dos valores mensalmente angariados pela cooperativa, através da qual foi possível preencher corretamente os requisitos dos **indicadores** utilizados – os quais serão explicados em seguida.

4.4. Aplicação dos indicadores de sustentabilidade

Besen (2011), no âmbito de sua tese de seu doutorado, elaborou indicadores aptos a aferirem a sustentabilidade da coleta seletiva municipal e das organizações de catadores – estes últimos utilizados na presente pesquisa. O substrato para tais indicadores, por sua vez, foram os dados obtidos nas visitas às cooperativas citadas; adicionalmente, foram feitas observações que, unidas ao próprio levantamento bibliográfico prévio desenvolvido, estarão aptas a fornecer subsídios para outras pesquisas que busquem aprofundar o tema ora tratado. A lista de indicadores selecionados para a presente pesquisa estão indicadas na Tabela 1:

Tabela 1: Indicadores de Sustentabilidade de Organizações de Catadores

Indicadores	Modo de medição	Tendências à sustentabilidade – gradações		
		Alta (+)	Média (+/-)	Baixa (-)
1. Percentual de atendimento aos requisitos de regularização	$\frac{\text{N. de requisitos obrigatórios atendidos}}{\text{N. total de requisitos obrigatórios}} \times 100$	100%	50,1 a 99,9%	$\leq 50\%$
2. Implementação de instrumentos legais da parceria com a prefeitura	Atendimento aos requisitos legais de contratação	Contrato ou convenio com remuneração	Convenio sem remuneração	Inexistência de contrato ou convenio
3. Percentual de qualidade das parcerias em relação às parcerias desejáveis.	$\frac{\text{N. parcerias efetivadas}}{\text{N. parcerias desejáveis}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
4. Percentual de diversificação de parcerias em relação às desejáveis.	$\frac{\text{N. de parcerias efetivadas}}{\text{N. de parcerias desejáveis}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
5. Percentual de diversificação das atividades e serviços	$\frac{\text{N. de atividades e serviços}}{\text{N. total de atividades desejáveis}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
6. Percentual de atendimento aos requisitos desejáveis de auto-gestão	$\frac{\text{N. de requisitos atendidos}}{\text{N. de requisitos desejáveis}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
7. Percentual de participação dos membros em reuniões auto-gestionárias	$\frac{\text{N. membros que participaram das reuniões}}{\text{N. total de membros} \times \text{N. de reuniões}}$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
8. Percentual de membros capacitados em relação ao total	$\frac{\text{N. atual de membros capacitados}}{\text{N. total atual de membros}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
9. Percentual de membros que não permanecem na organização (Rotatividade)	$\frac{\text{N. atual de membros}}{\text{N. total de membros últimos 6 meses}} \times 100$	$\leq 50\%$	24,9% e 49,9%	$\geq 25\%$
10. Percentual de benefícios proporcionados aos membros	$\frac{\text{N. de benefícios efetivados}}{\text{N. de benefícios desejáveis}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
11. Renda média mensal por membro (R\$) em relação ao salário mínimo	Renda média mensal por membro, últimos 6 meses em relação ao valor do salário mínimo.	≥ 2 salários mínimos	De 1 a 2 dois salários mínimos	≤ 1 salário mínimo
12. Eficiência média da produtividade por catador em toneladas/catador/mês	Quantidade mensal de toneladas triada por catador – média últimos 6 meses.	≥ 2 ton/mês	1,1 a 1,9 ton/ mês	≤ 1 ton/ mês
13. Percentual de equipamentos e veículos próprios em relação aos cedidos	$\frac{\text{N. de veículos e equipamentos próprios}}{\text{N. total de veículos e equipamentos}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
14. Percentual de horas trabalhadas pelos membros em relação às horas de trabalho da organização	$\frac{\text{N. total de horas trabalhadas pelos membros}}{\text{N. total de horas de trabalho da organização}} \times 100$ Média dos últimos 6 meses	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
15. Percentual de relação de ganhos entre gêneros por hora mensal trabalhada e por atividade	$\frac{\text{Ganho do gênero feminino por hora (R\$)}}{\text{Ganho do gênero masculino por hora (R\$)}} \times 100$	100%	70,1% a 99,9%	$\leq 70\%$
16. Percentual de atendimento aos requisitos de saúde no trabalho.	$\frac{\text{N. de requisitos atendidos}}{\text{N. de requisitos desejáveis}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
17. Percentual de atendimento aos requisitos de segurança e salubridade do ambiente de trabalho	$\frac{\text{N. de requisitos atendidos}}{\text{N. de requisitos desejáveis}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$
18. Percentual de membros que usam equipamentos de proteção individual - EPIS	$\frac{\text{N. membros que usam EPIS}}{\text{N. total de membros}} \times 100$	80% a 100%	50,1% a 79,9%	$\leq 50\%$

Indicadores de sustentabilidade das organizações de catadores

* **Cooperativas** – Estatuto Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ, Registro na OCE, Atas de Assembléias gerais, diretoria funcionando, recolhimento de impostos, recolhimento de Fundos obrigatórios (FAT – 5% e Fundo de Reserva - 10%), livros em dia, emissão de notas fiscais, balanço anual. **Associações**- Estatuto Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ, Certidão Negativa do INSS, Certidão Negativa do FGTS, Certidão Negativa da Receita Federal, Livro de Matrícula dos Associados atualizado, últimas 3 (três) atas da Associação e Balancetes, ata de aprovação de contas do último exercício social.

** **Exemplos:** capacitação, alfabetização, cessão de equipamentos, cessão de espaço, material de educação e comunicação, cessão de materiais recicláveis, construção de galpão de triagem.

*** **Exemplos:** setor público municipal, estadual, federal, setor privado, organizações não governamentais, redes de organizações de catadores, catadores avulsos, entidades representativas dos catadores.

**** **Exemplos:** educação ambiental, coleta, triagem, beneficiamento, reaproveitamento de materiais recicláveis, reciclagem, prestação de serviços a terceiros.

***** **Exemplos:** reuniões de decisão auto-gestionária, instrumentos de transparência e rateio: informações sobre despesas, descontos, vendas e rateio, livros disponíveis, murais de comunicação e informação.

***** **Exemplos:** férias remuneradas, afastamento maternidade, prêmios, convenio, curso de alfabetização, transporte, creche, licença remunerada e outros.

***** **Exemplos:** vacinação regular, prevenção de LER - lesão por esforços repetitivos, descanso pelo peso das atividades, limpeza e higiene no local de trabalho, exames médicos periódicos, comunicação visual nos ambientes, alimentação adequada, recolhimento de INSS pelos cooperados, registro e atendimento aos acidentes de trabalho.

***** **Exemplos:** rotina de limpeza, controle de vetores de doenças; ratos, moscas e barata, cobertura adequada, ventilação adequada, ausência de odores incômodos, sistema de prevenção de incêndios e outros.

Gradações

* A gradação baseou-se no estudo Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento de catadores de materiais recicláveis, realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de janeiro de 2006.

5. O modelo cooperativista – peculiaridades e histórico

O modelo cooperativista tem sua origem ligada à economia solidária; não é nosso interesse nos ater a maiores definições sobre este tema, portanto cabe apenas lembrarmos a clara definição dada por Singer ao tema economia solidária: “modo de produção alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (Singer, 2002, p. 25).

Diversos autores, por sua vez, buscaram explicar de forma detalhada quais as origens e os mecanismos de funcionamento do sistema cooperativista. Nascimento (2000) remete à origem do cooperativismo não como uma alternativa aos sistemas econômicos em crise, mas como **opção de organização econômica eficaz**. Dentro de uma perspectiva capitalista, basta recordar que o *ajustamento natural* preconizado pelos economistas clássicos não se mostrou eficiente em restabelecer o equilíbrio preconizado – que garantiria a acumulação e distribuição de riquezas de forma justa e equânime a todos. Ainda sobre a origem do capitalismo o autor defende que:

“Se o ideário de liberdade não foi alcançado plenamente com o decorrer dos tempos, pela diversidade do ambiente e pela heterogeneidade dos indivíduos e suas características intrínsecas, fazendo com que uns se beneficiassem mais do que outros, criando diferenças gritantes, não se pode esquecer que já nas sociedades primitivas as questões de sobrevivência eram resolvidas com espírito cooperativo e desenvolvimento comunitário, pela necessidade de autopreservação. A diferença básica entre essas sociedades e a atual é que existia forte consciência desse fato e embora não pudesse falar de

cooperativas com o arcabouço jurídico do presente, podia-se falar em consciente esforço de cooperação que assegurou a preservação do ser humano e o ajudou no enfrentamento da fome, das doenças e das epidemias” (Nascimento, 2000, p. 11)

Singer (2002) buscou a razão que leva certos indivíduos a se unirem, formando cooperativas; segundo o autor, é a própria lógica capitalista. Ora, esta lógica tem como um de seus fundamentos básicos a existência de um exército reserva de operários, que acaba por manter a oferta de mão de obra abundante, controlando os salários e aumentando o lucro do capitalista, detentor dos meios de produção. Pois bem, caracterizada esta situação, certos indivíduos, marginalizados – que ganhavam baixíssima remuneração na venda do pouco material que conseguiam coletar – perceberam que, ao se unirem, conseguiriam um maior montante de produtos a ser comercializado, aumentando o valor arrecadado. Este seria um dos resultados práticos obtidos com a existência das cooperativas. Mas o que de fato são estas cooperativas e como se estruturam?

Inicialmente, cabe destacar importante distinção: **cooperativas** são espécie do gênero organizações, que agregam ainda as **associações**, outra espécie. Segundo trabalho elaborado pelo SEBRAE (2010), de maneira didática, temos que:

“(...) a diferenciação essencial está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações são organizações que têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantrópicas; as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica. Seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio

produtivo de seus associados junto ao mercado” (SEBRAE, 2010).

Vale destacar que, em termos de política pública, as parcerias que são promovidas se processam, majoritariamente, entre o poder público e as cooperativas – mais comuns do que as associações –, daí nosso interesse em estudar este modelo organizacional, em detrimento das associações.

Voltando à caracterização de cooperativas, do ponto de vista jurídico, são *sociedades simples*, independentemente do objeto social. Iacomini e Rocha (2009), ao explicarem este tipo de sociedade, afirmam que estas, embora tenham finalidade essencialmente econômica, não visam ao lucro - mesmo que este acabe sendo obtido como fruto do desenvolvimento de sua atividade. Este lucro gerado deve obrigatoriamente ser reutilizado para o desenvolvimento das atividades da cooperativa. Outrossim, as cooperativas são organizadas de modo solidário, sendo que todos os associados devem participar de forma igualitária e livre, sendo inclusive obrigatória sua participação em todas as assembleias da cooperativa (Piccinini, 2004). Demais características diferenciadoras das cooperativas serão estudadas de forma mais completa adiante.

Antes de listar tais características, em caráter mais amplo, cabe recordar que, até o começo da década de 1990, a atuação do Estado em relação às cooperativas era de grande ingerência – destacando-se seu papel como fomentador e fiscalizador. Durante a década de 1970, por exemplo, foi representativa a participação do Estado definindo,

inclusive, o modo de organização dos trabalhadores nas cooperativas. É, inclusive, desta época, a criação da Lei 5.764/71, que previa o controle e fomento do cooperativismo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) -, bem como pelo Conselho Nacional de Cooperativismo (OCB, 2011).

Foi exatamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que as cooperativas adquiriram autonomia e puderam desenvolver sua capacidade autogestionária, independente da atuação do Estado. Aliás, este deixa de ser o grande fomentador das cooperativas, papel agora assumido por alguns atores sociais, tais como sindicatos e centrais sindicais; organizações provenientes da Igreja Católica; Organizações não governamentais, etc. – atores estes extremamente relevantes à gênese de importante cooperativa analisada na presente pesquisa, como veremos mais adiante. Neste sentido, Silva (2006), destaca que:

“Parte desses novos atores foram se agrupando sob a bandeira de um *novo cooperativismo*, *cooperativismo autêntico*, ou ainda *cooperativismo autogestionário*, constituindo-se com base numa concepção distinta da vertente do cooperativismo até então vigente no país, representada pelo sistema da organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e suas filiais. Instituíam-se, aos poucos, uma identidade comum expressa na denominação *economia solidária*, que abrangia não só o cooperativismo, mas outras formas de organização solidária e outros atores sociais” (Silva, 2006, p. 17) .

Caracterizado o contexto social brasileiro de surgimento do modelo cooperativista com fulcro na economia solidária, Feliciano (2009) elencou as

características gerais do perfil jurídico-institucional hábeis a definirem uma empresa de economia social, a saber:

- personalidade jurídica
- especial regime de apropriação dos lucros ou excedentes
- funcionamento democrático
- objeto social vinculado a um objetivo de interesse geral
- caráter institucional de veículo de intervenção do Estado Social na vida econômica do país (notadamente no tecido empresarial)
- preponderância jurídico-econômica do fator trabalho

Assim, somente quando observadas tais características, a empresa poderá efetivamente ser qualificada como empresa de economia social, podendo, então, merecer por parte do Estado tratamento diferenciado, que lhe confira estímulos especiais ao seu desenvolvimento.

No caso de nossa Constituição brasileira, diferentemente das europeias, não foi conferido tratamento diferenciado a estas economias solidárias; há, no entanto, expressa recomendação conferida ao tratamento diferenciado que deve ser dado exclusivamente às **cooperativas**, no artigo 172 de nossa Constituição Federal.

Tais cooperativas serão genuinamente solidárias somente se o cooperado estiver ciente de seus direitos, livrando-se do espírito de alienação inerente ao trabalho capitalista. Aqui, ele não é mais um empregado, subserviente. Deve, pelo contrário, participar ativamente de todas as decisões e rumos a serem tomados pela cooperativa, que é também de sua propriedade.

Sabbag (2003) destaca a importância das cooperativas no próprio processo de cidadania, através da inclusão pelo trabalho, especialmente daqueles com baixo nível de escolaridade e com idade superior a 40 anos (principais alvos do desemprego nas décadas de 1980 e 1990). O antes sentimento de exclusão e marginalização é agora transmutado em um forte sentimento realizador:

“Este papel realizador, que faz sentido em termos de cidadania, motiva a execução da pesquisa sobre estas formas alternativas de organização do trabalho. O interesse se dá sobre como estas formas alternativas podem ser estruturadas, viabilizando a expressão da pessoa e o exercício da cidadania” (Sabbag, 2003).

Ainda no âmbito jurídico-institucional, a declaração de Manchester (1995) trouxe importantes *princípios* acerca do tema cooperativismo, que foram incorporados por nossa legislação, especialmente observado na Lei Federal do Cooperativismo, a 5.764/71 e em nossa própria Constituição Federal; Feliciano (2009) assim os organizou:

a) princípio da adesão livre e voluntária

Este princípio encontra-se enunciado no artigo 4º, I da Lei 5.764/71, e reforçado no artigo 5º, inciso XX de nossa Constituição Federal, de onde tiramos que “*ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado*”. O que é mais importante de se depreender deste princípio é a ideia da *filiação voluntária*.

Infere-se, então, que qualquer cooperativa estará sempre aberta a todos aqueles que estejam aptos a utilizar os seus serviços, inserindo-se no empreendimento cooperativista. Porém, é fundamental que estes futuros membros assumam os deveres previstos em lei e no próprio estatuto da sociedade. Observamos isto claramente nos

seguintes incisos do artigo 4º: Inciso II da Lei 5.764/71 - “*variabilidade do capital social representado por quotas-partes*”; Inciso IX “*neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social*”. O cooperado só poderá sair da cooperativa por vontade própria ou por infração legal/estatutária.

b) princípio da gestão democrática pelos associados

Tal princípio refere-se ao caráter democrático das cooperativas, cujos associados participam ativamente da formulação de suas políticas e da tomada de decisões. Na própria Lei 5.764/71 encontramos este princípio no artigo 4º, incisos III a VI, mais inciso XI, complementados pelo artigo 42 caput, da mesma lei, e o artigo 1.094, VI do Código Civil. Em tais diplomas é denotada a importância de princípios como proporcionalidade de quotas-partes, para que a democracia seja parte fundamental da gestão de qualquer cooperativa.

c) princípio da participação econômica dos associados

Consoante o princípio da participação igualitária dos membros em todas as decisões da cooperativa, realidade diversa não poderia acometer aos cooperados no tocante à participação financeira de cada um no montante da cooperativa. Feliciano (2009), neste diapasão, destaca que:

Este princípio impõe que os membros contribuam equitativamente para o capital de suas cooperativas e o controlem democraticamente, podendo inclusive receber o retorno dos excedentes na proporção de suas transações com a própria cooperativa. (Feliciano, 2009, p. 85).

d) princípio da autonomia e independência

Deve-se a este princípio a manutenção, também em âmbito externo, do princípio da gestão democrática. Como anteriormente já asseverado, as cooperativas são organismos autônomos e independentes e, como tais, devem preservar tais características também quando entrarem em acordo com outras organizações, incluindo governos de Estado, e também quando necessitarem recorrer a capitais externos.

Entende-se assim, porque a Lei 5.764/71 – vinda a lume durante o regime ditatorial, sintomaticamente não refere, entre as características do artigo 4º, o binômio autonomia/independência. É rigor entender que este princípio inspira e informa as sociedades cooperativas do Brasil, na condição de *princípio geral* do Direito Cooperativo.

e) princípio da educação, formação e informação

Tal princípio impõe, às cooperativas, o dever de promover a educação e a formação de seus membros, de seus dirigentes, de seus representantes eleitos e dos seus trabalhadores, com vistas à afirmação dos valores cooperativos (democracia, moralidade, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, etc.) e da própria cultura cooperativa. Impõe, ainda, o dever de contribuir para a informação do grande público para a natureza e as vantagens da cooperação, focando especialmente os jovens e os formadores de opinião.

f) princípio da cooperação entre cooperativas

Este princípio, previsto no artigo 8º da Lei 5.764/71, refere-se à cooperação da agremiação cooperativa em escala global, regional, nacional e internacional, que se organizariam com vistas a obter cooperação recíproca. Feliciano (2009) destaca que

seria mister que tal cooperação fornecesse ainda mecanismos de autorregulação da atividade cooperativa, na qual as próprias cooperativas, organizadas entre si, exerceriam a função de fiscalização. As maiores, mais bem estruturadas, fiscalizariam as menores, mais suscetíveis de sofrerem fraudes.

g) princípio do interesse pela comunidade

Este propõe que as cooperativas trabalhem para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, beneficiando-as com políticas aprovadas democraticamente pelos seus membros. Tende a aprofundar o envolvimento das organizações cooperativas com seu entorno social, perpetuando a vocação popular e solidária do movimento cooperativo, ínsita às suas raízes e frequentemente olvidada na atualidade.

h) princípio da autogestão

Tal princípio tem seu fundamento no artigo 5º, incisos XVIII e XIX de nossa Constituição Federal. Tem como importante premissa a não intervenção estatal na gestão do desenvolvimento das atividades cooperativistas, sendo que uma cooperativa só poderá ser extinta compulsoriamente por decisão judicial já transitada em julgado.

6. As Cooperativas de “fachada”

Após esboçarmos as características peculiares a qualquer cooperativa, não poderíamos deixar de considerar, em contrapartida, a existência disseminada de inúmeros empreendimentos que, sob a guarida de supostas organizações cooperativistas

são, na verdade, capitalistas e, através das isenções de obrigações tributárias e trabalhistas, obtêm maior margem de lucro, distorcendo os princípios cooperativistas.

O respaldo legal que acabou por estimular a existência de cooperativas fraudulentas consubstancia-se, essencialmente, na Lei Federal 8.949/94, que acrescentou o parágrafo único ao artigo 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que *in verbis* dispõe que:

Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.

Ora, a flexibilização de regra tão cara do direito fundamental ao trabalho é justificável tão somente em um contexto verdadeiramente cooperativista, uma vez que, de fato, não há relações de emprego, pois todos são “donos” do empreendimento. Porém, tal previsão legal serve ao artil de empresários, ao se utilizarem desta prerrogativa legal para burlar o pagamento das obrigações trabalhistas de seus efetivos empregados. Sob a lei que acrescentou o parágrafo único ao artigo 442 da CLT, Decreto Lei n. 5.452/1943, Araújo e Lima (1998) destacam que:

O projeto de lei (...) respondia a uma reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de desburocratizar a organização das atividades produtivas nos assentamentos rurais conquistados. Desde então, abriu-se um flanco às fraudes e instalou-se a controvérsia sobre as "falsas cooperativas" ou "coopergatos" que se apressam em beneficiar-se da lei, mas não amadurecem - ou até negam os

princípios do cooperativismo. Seu objetivo é o rebaixamento de custos da força de trabalho em processos de terceirização da produção ou de serviços. Os trabalhadores não participam de qualquer tipo de decisão, controle ou autonomia sobre a cooperativa, que funciona sob o comando de intermediários ou mesmo funcionários ou ex-funcionários das empresas contratantes dos serviços, embora formalmente obedeçam à legislação que estabelece número mínimo de pessoas para formar uma cooperativa, diretoria própria ,etc. (Araújo e Lima, 1998, p. 08).

Ainda sob este ângulo, Paul Singer, em entrevista concedida a Paulo Sales de Oliveira (2008), relata que as cooperativas de “fachada”, conhecidas por “coopergatos” ou “cooperfraudes”, são extremamente comuns no Brasil, especialmente devido à citada legislação obsoleta, que não garante aos cooperados os direitos fundamentais – ligados, no caso brasileiro, à caracterização de vínculo empregatício. Dispõe o pesquisador que:

Isso tem sido mais do que um entrave, um desafio. Um desafio muito grande, porque tais direitos básicos do trabalhador – trabalhar em segurança, não perder a saúde no trabalho, ter assegurado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que é uma espécie de auxílio desemprego etc. – são absolutamente essenciais hoje. São normas internacionais, instituídas por convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e aprovadas pela maioria dos países. O intenso crescimento da economia solidária não pode ser confundido com a disseminação das falsas cooperativas, pois isso significaria transformar os trabalhadores de economia solidária em trabalhadores de segunda classe (Oliveira, 2008, p. 291).

Obviamente, não há que se negar aos cooperados a obrigatoriedade de recolhimento de verbas trabalhistas, pois são estas garantidoras da dignidade humana destes cooperados. Não podemos olvidar que o vínculo empregatício, muitas vezes reconhecido tacitamente, é considerado não somente pela existência do recolhimento de verbas típicas de uma relação formal de trabalho, mas primordialmente por elementos tais como submissão a uma figura que personalize a empresa. Tal fato é incompatível com os reais princípios cooperativistas, de onde se infere que o mero recolhimento de verbas trabalhistas não teria o condão de caracterizar vínculo de emprego entre cooperados e a cooperativa. Cabe ao poder público reconhecer tal fato e, através de mudança legislativa, incluir a obrigatoriedade de cumprimento de recolhimento de verbas trabalhistas também aos cooperados.

A Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) tem exigido, em seus convênios formais com cooperativas de catadores, que estas, além de estar regularmente instituída, recolham a contribuição à previdência de seus cooperados.

Indiscutível a relevância deste elemento, que abre ponto importante à discussão: a existência de cooperativas de “fachada” tem afetado consideravelmente a inclusão social dos catadores, criando óbices reais ao pleno desenvolvimento cooperativista e, conseqüentemente, à inclusão destes catadores? Tal hipótese será abordada de forma indireta, através da aplicação dos indicadores e observações, através das quais poderemos aprofundar, na discussão, esse questionamento.

7. O trabalho informal e o cooperativismo

Após explicitarmos as características do cooperativismo, tornando o tema mais compreensível, resta pertinente analisarmos as situações fáticas mais propensas a

gerarem a organização de determinados indivíduos em cooperativas; dentre tais situações, a questão da informalidade no trabalho destaca-se como de grande relevância.

A realidade do trabalho no Brasil é hoje marcada por uma intensa tendência ao viés **informal**; relações calcadas no formalismo se tornam, a cada dia, a exceção da grande massa de trabalhadores.

Mas, o que de fato seriam relações de trabalho formais/informais? Tal distinção, em nosso país é, antes de tudo, essencialmente jurídica: aqueles que trabalham com registro formal em carteira de trabalho se encontram em situação formal de trabalho. Em contrapartida, todos aqueles que não se encaixam nesta categoria, não gozando das benesses do registro legal de sua atividade laboral, são denominados trabalhadores informais. A partir desta definição – extremamente genérica e de pouca utilidade prática -, temos uma ideia das relações heterogêneas que são agrupadas sob esta mesma denominação – trabalho informal – e quais consequências podem acarretar, especialmente no tocante àquelas políticas públicas que considerem este grupo como sendo homogêneo. Nesta esteira, Noronha (2003) destaca a heterogeneidade deste grupo:

“Ao formal (no sentido de legal) contrapõem-se diversos tipos de contratos "informais", sejam os claramente ilegais (ou criminosos, como, por exemplo, o trabalho escravo), sejam trabalhos familiares ou diversos outros tipos de contratos, cujo estatuto legal está frequentemente em disputa, por exemplo, cooperativas ou contratos de terceirizados. Contudo, frequentemente trata-se a "informalidade" como se fosse um

fenômeno uniforme, objetivo e mensurável. Aliás, o planejamento governamental e as políticas públicas impõem formas de mensuração objetivas e de fácil aplicação (muitas vezes padronizadas para comparações internacionais) das condições contratuais, as quais reforçam sobremaneira a simplificação que a classificação binária implica” (Noronha, 2003, p. 112).

Em face de tal heterogeneidade, torna-se difícil elencar as causas deste aumento da informalidade. Historicamente, o aumento desta forma de trabalho no Brasil iniciou-se na década de 1990 e, desde então, vem apresentando crescimento intenso. Pode ser justificada tanto por motivos de desempenho econômico insatisfatório, mas pode também ser explicada como reflexo de uma nova realidade nas relações de trabalho, não mais comportadas pelas regras fixas do formalismo clássico trabalhista.

Como fruto do desempenho econômico insatisfatório, as crises de desemprego observadas na década de 1990, ao impactarem as ofertas de emprego, alteraram substancialmente a composição da *população de rua* – grupo sobre o qual nos debruçaremos de forma mais retida adiante - que, segundo Jacobi e Teixeira (1997):

“(...) hoje, é composta principalmente daqueles que foram excluídos do mercado de trabalho e afetados por uma situação de miséria absoluta que tem afligido uma parte considerável de cidadãos; provocando a desintegração familiar, a ruptura social e retirando por completo a autoestima dessas pessoas” (Jacobi e Teixeira, 1997, p. 35).

Assim, não por acaso, o ideário cooperativista torna-se muitas vezes a única opção desta camada da população para sair desta zona de exclusão, buscando recuperar a

dignidade pelo trabalho e busca do seu espaço urbano, que se inicia pela própria recuperação da autoestima - mediante o desenvolvimento de atividade produtiva passível de promover seu sustento e de sua família. Portanto, para muitos destes cooperados, a auferição de renda – independentemente das condições de trabalho – torna-se fator preponderante. Resta, no entanto, pertinente a dúvida de que, somente pela aferição de renda, estaria garantida a estes cidadãos uma real inclusão social?

A população de rua apresenta relevância direta com o tema das cooperativas de resíduos sólidos – já que a grande maioria dos atuais cooperados tem (ou tiveram) suas vidas ligadas à realidade das ruas; vamos, então, adentrar em seu estudo. Destarte, torna-se fundamental, para qualquer política pública que vise estabelecer condições mínimas de dignidade e inclusão social aos cooperados que sobrevivem dos resíduos sólidos urbanos, a compreensão de elemento inerente à realidade de quase todos estes indivíduos.

8. A população de rua das grandes metrópoles

Ao abordarmos a questão da exclusão social – vivenciada por muitos indivíduos desempregados ou que se encontram na informalidade – torna-se indispensável considerarmos a questão da **população de rua**, local de origem de muitos ex-catadores – agora cooperados – e local de destino daqueles tantos que continuam a ser excluídos do sistema de trabalho capitalista.

Andrade et al. (2006), ao tratarem da questão da população de rua, destacam que esta camada da população sempre recebeu, por parte do poder público, tratamento repressivo e políticas “higienistas”. Pouco se fez no sentido de efetivamente conhecer esta população e, assim, lhe direcionar políticas adequadas.

Justo (2008) também destaca, em sua pesquisa, a relevância da heterogeneidade da população de rua e, em uma perspectiva histórica, denota o caráter híbrido desta camada.

Para Marx, o „mendigo” dos primórdios da modernidade era fruto de dois processos: expropriação e legislação. Isto é, os „mendigos” dos séculos XIV ao XVI eram ex-camponeses que perderam suas terras e migraram para as cidades e, então, foram enquadrados em leis que regulavam suas condutas nesse novo meio social. As leis estabeleciam quem podia mendicar, e quando. Estava em jogo a distinção entre o trabalhador e o vagabundo (Justo, 2008, p. 03).

Ora, o padrão de legalidade abordado por Marx reflete-se, atualmente, pela atuação do Estado exercendo sua autoridade e, do ponto de vista sociológico, este controle social – muitas vezes traduzido por atitudes de truculência e preconceito oriundos do próprio poder público ante estas pessoas – é de fato expressão legal da autoridade do Estado (Justo, 2008). O autor concluiu que, em face de outras causas, a principal justificativa para a existência da população de rua alia-se, invariavelmente à condição social e contexto político.

Especificamente em relação à realidade brasileira, Belo Horizonte foi o cenário da pesquisa de Viana et al. (1992), que traçaram um perfil desta população de rua e,

além de também atestar a intensa heterogeneidade destes indivíduos, elaboraram uma importante classificação sobre as pessoas que moram nas ruas, que pode ser utilizada, eficazmente, como instrumento de conhecimento profundo desta camada da população, servindo para nortear, portanto, uma política pública mais apta a promover a inclusão social destes indivíduos.

A classificação em tela prevê que existam três grupos: o primeiro grupo seria aquele das pessoas que **ficam na rua**, formado principalmente por indivíduos em situação de desemprego prolongada, ou por aqueles que migram de outras cidades em busca de tratamento médico, por exemplo; diferentemente são aqueles considerados pessoas que **estão na rua** que, por já apresentarem maior intimidade com a realidade das ruas, passam a exercer atividades para sua subsistência – *aqui se inserindo os catadores de latinha, papéis, etc.* Por fim, os pesquisadores destacam aqueles indivíduos que **são da rua**, caracterizados por já estarem na rua há muitos anos e, em consequência disso, se encontram com debilidades físicas e mentais oriundas do uso de álcool, drogas, e má alimentação.

Magera (2005), por sua vez, ao pesquisar cooperativas de catadores de RSU em diferentes cidades do interior paulista, dentre outros elementos, buscou identificar a origem dos cooperados, identificando as características anteriormente destacadas: crises econômicas gerando desemprego e informalidade, e acabando por impactar a composição da população de rua:

“Chama a atenção o fato de a maioria dos cooperativados, 58%, terem idade superior a 40 anos e serem originários do

Estado de São Paulo (52%) em sua maioria trabalhado antes em fábricas, pelo menos um quarto deles, outros 20% terem sido empregados domésticos, contra 18% terem trabalhado na construção civil e 16% ceramistas. A maioria deles ficou de um a dois anos desempregada, antes de entrar para a cooperativa de reciclagem” (Magera, 2005, p. 37).

9. O modelo formal das cooperativas de catadores de RSU brasileiras

O modelo das atuais cooperativas de reciclagem de RSU surgiu no início da década de 1990, sendo que a parceria com as prefeituras municipais ocorreu essencialmente pela cessão por parte destas de galpões de triagem, equipamentos e veículos de coleta.

O incentivo à formação de cooperativas e associações é notório em nosso ordenamento jurídico. No artigo 5º de nossa Constituição, inciso XVII, há permissão para sua formação sem a necessidade de autorização, desde que obedeça à regulamentação de legislação específica. Interessante destacar ainda o tratamento diferencial dado às cooperativas em termos tributários (Constituição Federal, artigo 146, III, item c) e o apoio expresso dado pela legislação a este tipo de associação (vide artigo 174, parágrafo 2º também de nossa Constituição).

Já no âmbito do município de São Paulo, o Decreto 48.799/2007 (que alterou o antigo Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável para o atual **Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis**) reafirma a importância da prática da reciclagem, por meio da facilitação dos mecanismos

legais para a atuação das cooperativas de catadores. O artigo 3º desse decreto explicita tal postura, ao suscitar a possibilidade de associações ou cooperativas de catadores efetuarem seus serviços no município sem a necessidade de participar de processo licitatório (consoante o previsto na Lei federal 11.445/2007), bem como abre a possibilidade da formação de convênio e/ou parceria como uma alternativa para que as associações ou cooperativas que não cumpram estritamente o previsto na Lei Federal supracitada.

Ainda, a Lei Federal 5.764/71 (Brasil, 1971) descreve a chamada legislação do cooperativismo. Destaca-se no texto desta lei o incentivo estatal fiscal claro a essas organizações e, no capítulo específico dos associados, a possibilidade de existência de vínculo empregatício. Esta possibilidade é uma exceção; a regra é que todos os cooperados sejam encarados como associados, e como tal, tenham direito a voto nas assembleias, decidindo conjuntamente todos os caminhos a serem seguidos pela cooperativa.

O Código Civil Brasileiro (2002), em seu artigo 982, destaca que toda cooperativa, independentemente de seu objeto social, terá a nomeação de sociedade simples, oposta ao conceito de sociedade empresária, esta sempre voltada ao desenvolvimento de atividade econômica.

Neste ângulo, devemos destacar a Lei 11.445/2007 – Lei de Saneamento -, que alterou algumas das regras rígidas de licitações da Lei 8.666/93, prevendo a possibilidade de dispensa de licitação para as cooperativas de catadores de baixa renda (art. 57 da Lei de Saneamento). Recentemente, a publicação da Política Nacional de

Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) conferiu grande incentivo e proteção às organizações de catadores; o Decreto 7.404/2010, que regulamentou esta Política, em sua Seção III, Título V: “Da Participação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis” confere, ainda, aos Municípios, a competência para desenvolver planos municipais de gestão integrada que incluam todos os interessados, especialmente as cooperativas de catadores de baixa renda. A intenção de promover a inclusão social dos cooperados vai além, se processando como comando explícito à União, que deverá desenvolver meios de inclusão social e econômica dos cooperados (art. 43), sem descuidar de questões como o estímulo à capacitação (art. 44, inciso II) e melhoria das condições de trabalho dos catadores (inciso III do mesmo artigo). Por fim, o parágrafo único do artigo 44 prevê a existência de convênios, com órgãos do poder público ou do setor privado, que possam promover o disposto nos incisos supracitados. Denota-se, pela dicção deste parágrafo, a mudança na orientação paternalista do Estado, que antes procurava assumir, de forma exclusiva, a gestão e/ou convênios a serem firmados com tais cooperativas. Pela orientação atual da PNRS, percebe-se o destaque conferido às ações autônomas, oriundas de outros atores sociais, que não o Estado, na promoção e desenvolvimento das cooperativas de reciclagem, formadas por catadores. Passemos a analisar algumas experiências brasileiras, tanto marcadas por uma total independência em relação ao poder públicos e outras parceiras de prefeituras municipais.

10. A experiência de cooperativas de reciclagem brasileiras

10.1 O caso da ASMARE de Belo Horizonte

A ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte – teve sua origem ligada diretamente à questão da população de rua da capital mineira que, buscando mudar sua realidade através da busca por inclusão social, é hoje modelo para o Brasil todo no setor de cooperativas.

Alguns pesquisadores dedicaram-se a conhecer e entender o processo que originou tal cooperativa, dado o caráter peculiar que cercou sua fundação. Dentre eles, destacamos a pesquisadora Valeria Heloisa Kemp (2008) que, além de investigar a origem de tal cooperativa, através de estudos realizados dentro da cooperativa – tais como o da realidade de cada membro cooperado – bem como por depoimentos colhidos diretamente dos membros, conseguiu traçar panorama de gestão que ora nos utilizaremos.

A Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, juntamente com outros movimentos sociais da mesma cidade, ao pesquisarem a população de rua da capital mineira se defrontaram com um fator fundamental à compreensão desta camada de marginalizados: sua intensa heterogeneidade. Munidos de tal conhecimento, tais entidades promoveram pesquisas, no final da década de 80, com vistas a conhecer mais profundamente esta população de rua e, assim, direcionarem ações sociais mais eficazes, que de fato pudessem melhorar a realidade desta população. Buscava-se, enfim,

(...) promover a organização desses homens e mulheres, estimulando-os a batalharem pela valorização de seu trabalho. Pretendia-se, sobretudo, promover o resgate da cidadania dessas pessoas, antes condenadas a viver nas ruas e

desprovidas de qualquer direito (Gonçalves et al. 2008, p. 231).

Considerando o ponto de vista dos catadores, Kemp (2008) destaca que o momento no qual a ASMARE nasceu foi de grande luta. Como viviam nas ruas, sofriam toda sorte de marginalização, inclusive em relação ao Poder Público. Além da total falta de reconhecimento em relação ao trabalho que desenvolviam, sentiam o medo e rejeição da população e, por parte do Poder Público, forte repressão, consubstanciada nas inúmeras tentativas da polícia de expulsá-los da região central de Belo Horizonte. Tratava-se de clara política higienista que, segundo o entendimento de Jacobi e Teixeira (1997) ocorrem:

Da parte do Poder Público, quando não há uma compreensão adequada da origem do problema em questão, o que se nota são geralmente iniciativas repressivas visando retirá-los de circulação sob o argumento da necessidade de se manter uma “aparente limpeza” das ruas da cidade e também, preservar “a segurança das pessoas”. Aqui, se entende por pessoas aqueles que circulam nas ruas para fazer suas compras e os que moram nas imediações onde se concentram os moradores de rua. (Jacobi e Teixeira, 1997, p. 06)

Ainda sobre esse período de luta por reconhecimento por parte do poder público – e da fase de aproximação dos membros beneditinos da Pastoral da Rua -, Torres (2008) colacionou o depoimento de um cooperado que vivenciou os anos iniciais de luta para a instituição da cooperativa:

“Naquela época a prefeitura não era parceira da gente. Era inimiga. Pois, sempre estavam seguindo a gente na rua, alegando que a gente estava sujando a rua. Aí, nós começamos a nos reunir. Mas foi difícil aceitar a Pastoral, porque a gente achava que a Pastoral estava ali para nos prejudicar, que eram os fiscais. Depois passamos a acreditar na Pastoral, elas tiveram muita paciência conosco. Elas começaram a nos ajudar, começaram a descobrir a gente. Perguntavam de onde nós viemos. Por que nós catamos papel? Aí, nós começamos a nos reunir debaixo das árvores, aqui na maloca. Aqui antigamente chamava maloca” (Torres, 2008, p. 61/62).

A esperança em sair da rua implicaria em trabalho organizado, que pudesse fornecer renda suficiente para uma vida digna. A autora afirma que, neste escopo, os catadores adquiriram a consciência de que, somente com a parceria com o poder público e com outras organizações da sociedade civil, conseguiriam de fato se estabelecer fora da vida das ruas. Como relatado anteriormente, a atuação da Pastoral da Rua foi fundamental – inicialmente por meio de reuniões para, através de um consenso, estabelecer as metas que seriam buscadas por todos e, em um segundo momento, identificar a real atividade econômica então desenvolvida pelos catadores para, assim, inseri-los efetivamente na limpeza e coleta seletiva urbanas -, sendo que tal atuação, no entendimento da própria Pastoral, se processou do modo oposto ao assistencialismo.

A pesquisadora relata, ainda, que a grande motivação para a formação da cooperativa surgiu da identificação dos catadores com o projeto. Tal não poderia ser diferente: o projeto nasceu de atividade já desenvolvida pelos catadores, e exprimia a

vontade de regularização, da existência de trabalho regular, que gerasse renda e valorização de seu trabalho.

Assim, dentro deste contexto de luta, em 1990 a ASMARE foi legalmente instituída. Sua luta perduraria até os dias atuais, mas, a realidade de resistência do poder público foi substancialmente alterada quando, em 1993, uma nova gestão municipal assumiu o comando do município, marcada pelo comprometimento com os movimentos sociais. Foi possível, então, à ASMARE, efetivamente estabelecer parcerias com o poder público, influenciando nas políticas públicas sociais e ambientais do município.

A partir deste momento, os catadores apoiados pela Pastoral, por outros movimentos da sociedade civil e pelo poder público, conseguiram obter reconhecimento, tendo sido considerados importantes agentes ambientais, efetivamente importantes à coleta dos resíduos recicláveis.

A mobilização e a articulação dos catadores, forjadas como resultado dos conflitos de longa duração, envolvendo especialmente o poder público, representaram esperança e estímulo para uma nova forma de sociabilidade e para a conquista de novo espaço para a prática de cidadania. Esse espaço é a ASMARE, fundada em 01º de maio de 1990 com o intuito de garantir o direito de trabalhar na cidade e de conquistar visibilidade e reconhecimento social. Depois dessa organização, os catadores associados passaram a compor um quadro de referência na cidade e a ASMARE, por sua vez, tornou-se conhecida nacionalmente como modelo de projeto de inclusão social destes trabalhadores (Freitas e Neves, 2008, p. 97/98).

Freitas e Neves (2008) estudaram depoimentos de ex-moradores de rua de Belo Horizonte – hoje cooperados da ASMARE – e conseguiram traçar um paralelo da história individual de cada um destes moradores com a situação política peculiar a cada momento histórico correspondente, reiterando o anteriormente destacado nesta dissertação, quando tratamos da ligação inevitável entre os planos político e social.

Ainda, as autoras destacam o binômio inclusão/exclusão, tão presente na vida destes cooperados. Ora, desde a época na qual estes cooperados moravam nas ruas, seu maior desejo era conseguir direito ao trabalho no âmbito da cidade e visibilidade social, como acima transcrito. No entanto, mesmo após a definitiva organização da ASMARE, e passados alguns anos, o relato destes cooperados é sempre marcado pela citação dos “não-direitos”, ou seja, daqueles direitos ainda não conquistados. As autoras inferem, então, que tal insegurança deve-se à ainda recente aquisição da cidadania efetiva, que deve ser cultivada e perpetuada para que, assim, os ex-moradores de rua possam de fato se considerar incluídos socialmente.

10.1.1 A Organização da ASMARE

A cooperativa conta, aproximadamente, com 100 membros, sendo que ambos os sexos respondem por proporções próximas no total de membros. A cada três ou quatro anos ocorre a eleição democrática de 11 membros, que formarão o Comitê Autogestionário da cooperativa. Qualquer um dos membros pode ser eleger, ocorrendo, assim, uma rotatividade plena entre todas as atividades desenvolvidas no âmbito da

cooperativa. Essa é uma demonstração de como os membros querem garantir a rotatividade das atividades e promover o desenvolvimento das habilidades, bem como o efetivo controle democrático de todos os membros da cooperativa (Jara e Satgar, 2008).

A ASMARE conta com dois galpões; o principal recebe resíduos dos catadores da própria cooperativa e daqueles autônomos, bem como de fornecedores parceiros e o outro, alugado da prefeitura, recebe exclusivamente os resíduos coletados no âmbito do serviço de coleta municipal. Em relação aos catadores autônomos, os autores destacam ainda que a ASMARE tornou-se referência de proteção a eles, que sempre recorrem a ela para resolver problemas diversos, especialmente aqueles ligados à relação com a municipalidade, denotando o caráter de modelo de cooperativa para o setor.

Por fim, cabe ainda destacar os desafios que a ASMARE vem encontrando e que, dada a relevância desta cooperativa no cenário nacional, devem ser compreendidas e estudadas, com o escopo de garantir, com maior intensidade, o desenvolvimento cooperativista e a inclusão social.

A rotatividade das atividades, como considerado anteriormente, tem ainda o condão de desenvolver fortemente o espírito de equipe. No entanto, tal fato não evita a existência de competição e ciúmes entre os membros, tais como pelo fato de um ou outro ter sido eleito ou indicado para compor a Comissão Central, além de ocorrerem alguns momentos de competição entre grupos que atuam em funções diferentes, como em uma situação na qual alguns triadores acharam que era melhores do que os catadores, porque não precisavam ir às ruas (Kemp, 2008). A situação foi resolvida pela iniciativa dos próprios membros, que, a partir de conscientização – promovida pela interação entre

os dois grupos então em “embate” – de que todos fazem parte da mesma associação, e não são competidores. Ora, tal fato nada mais é do que o reforço dos princípios cooperativistas, denotando a relevância da capacitação para este modelo para o sucesso de um empreendimento cooperativista.

Outro problema recorrente no cotidiano das cooperativas é a divisão sexual do trabalho; os homens mais novos tendem a ficar com as atividades mais rentáveis – tais como a prensagem – e as mulheres com aquelas atividades de menor relevo econômico. No caso da ASMARE, a resistência dos homens incidia especialmente na questão da faxina do espaço comum; o rodízio tornou-se obrigatório, com a sanção, para aqueles que se recusassem a exercer a tarefa de limpeza, da suspensão do fornecimento de vale transporte.

Por fim, merece destaque o controle negociado e a autonomia logrados pela ASMARE: o caráter autônomo que marcava o labor dos catadores anteriormente à formação da cooperativa permanece, por exemplo, consubstanciado na possibilidade de horário flexível de trabalho. O que há de se observar, apenas, é a quantidade mínima de resíduos a serem triados/preparados para venda por semana. Aliás, tal quantidade é fixada em assembleia, de modo democrático – na verdade, todas as regras da ASMARE respeitam esse procedimento democrático, denotando que tais regras consubstanciam, na verdade, a vontade de todos os cooperados. Kemp (2008) afirma, por fim, que:

O controle exercido de forma horizontal, e praticado pelos associados, que tornam para si a incumbência de disciplinar e

controlar suas próprias ações, abre espaço para que as questões administrativas possam ser tratadas dentro de padrões de flexibilidade (Kemp, 2008, p. 42).

10.2 A Cooperglicério

Esta cooperativa, localizada sob o viaduto do Glicério, na região central de São Paulo, teve sua origem ligada aos frades franciscanos do Largo de São Francisco. Tal cooperativa representa novamente a associação entre ex-moradores de rua e movimentos sociais, mas que, no presente caso, tiveram um pequeno auxílio do poder público – a cessão do espaço no qual a cooperativa iria se formar.

Segundo relato pessoal do atual presidente da Cooperglicério, Sr. Romeu - que participou ativamente das atividades da cooperativa desde seu surgimento, o Largo de São Francisco era o local no qual os catadores de lixo se reuniam. Ali, cada carroceiro – a grande maioria formada por moradores de rua – traziam suas carroças, separavam de modo precário os resíduos coletados e vendiam de forma independente, pouco arrecadando com a mercadoria vendida. Os frades franciscanos, por sua vez, tentavam negociar valores mais altos para os catadores, bem como ofereciam alimento a estes catadores. Tal realidade se alterou apenas em 2006 quando, através dos esforços conjuntos do Serviço Franciscano de Apoio a Reciclagem – Recifran - e da união dos catadores surgiu a possibilidade de doação do terreno, por parte da prefeitura, localizado sob o viaduto do Glicério e que iria abrigar, então, a futura cooperativa. Ainda, segundo o presidente da Cooperglicério, a Recifran possibilitou a inscrição da cooperativa no

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, bem como formalizou a existência da Cooperglícério como cooperativa. Segundo suas próprias palavras, no entanto, temos que:

“A Recifran queria que nós fôssemos empregados dela. Não tratava a gente como cooperados; o modelo que eles usavam com a gente era o capitalista. A gente não queria isso não; a gente queria ser cooperado, não ter patrão, a gente mesmo mandar no nosso dinheiro, no nosso espaço. Aí foi que nós rompemos com eles, depois que eles conseguiram de verdade nosso registro certinho. Hoje aqui é de verdade uma cooperativa”

O discurso do presidente denota o incômodo sentido em relação à ingerência de outra organização agindo com poderes de mando em uma realidade sonhada por estes catadores de forma diversa. Barros e Pinto (2006) destacam que:

Participar do movimento associativo constrói uma identidade política e cria sociabilidades baseadas na solidariedade e na existência de um projeto comum de transformação das relações de exploração e opressão, em substituição do individualismo que operava nesses grupos antes de seu processo organizativo. Nesse sentido, a inter-relação entre os pólos: catadores mais conscientes, grupos ou ONGs comprometidas e um poder público é fundamental (Barros e Pinto, 2006, p. 76).

Face à antiga ingerência da Recifran, a Cooperglícério tem promovido, na medida do possível, cursos de capacitação a seus cooperados, promovidos por ONGs e, especialmente pela Fundação Getúlio Vargas, que tem por escopo conscientizar os

cooperados dos valores e princípios do cooperativismo. Tais cursos, no entanto, são esporádicos e, dada a grande rotatividade dos membros, acaba por não abarcar a totalidade dos cooperados.

Destarte, boa parte dos membros apresentou desconhecimento do modelo cooperativista: tal fato ganha especial relevo pela existência de “cooperados” - especificamente, três membros - que se utilizam do espaço físico da Cooperglycério para, de forma individual, autônoma, coletar, armazenar, triar e vender seus resíduos. A renda gerada por este material pertence exclusivamente a estes indivíduos, não compondo a renda total da cooperativa. Como forma de pagamento pelo uso do espaço, tais cooperados cedem um dia de trabalho para a cooperativa – todo material coletado por eles, uma vez por semana, é doado à Cooperglycério. Observa-se, na Figura 1, foto do material individual de cada um destes catadores, insertos dentro do espaço cooperativo.

Figura 1: Material coletado individualmente por três membros da Cooperglicério

Fig. 02. Disposição do material comum no galpão da Cooperglicério, logo após seu recebimento.

Flagrante a diferença na organização e limpeza entre o material exclusivo dos catadores e este, pertencente a toda a cooperativa. Enquanto o primeiro encontra-se devidamente separado e acondicionado, o último está complementarmente misturado, em condições de insalubridade notória. Tal fato merece reflexão: para além desta espécie atípica de cooperativismo de “fachada” praticada pelos três catadores – e que conta com o consentimento de toda cooperativa, já que a autorização para que os catadores

pudessem “locar” o espaço em tela foi deliberado em assembleia – denota-se a verdadeira problemática de muitas cooperativas: sem capacitação, com consequente ausência de conscientização dos membros sobre os benefícios de se associarem sob a égide do cooperativismo, catadores do sexo masculino, jovens e fortes, veem mais vantagens em usar sua força de trabalho exclusivamente para si do que compartilhar as benesses do trabalho solidário, cooperativo.

Adicionalmente a tal realidade, a qualidade das parcerias firmadas – poucas e de baixa qualidade – não possibilita o crescimento da cooperativa e nem de seus membros. De forma oposta ao que se processou na ASMARE, a Cooperglicério não goza de parcerias permanentes – tais como aquelas firmadas com a prefeitura municipal –, aptas a promover capacitação, maiores ganhos e a saúde de seus membros. A maioria das parcerias firmadas, como se verá adiante, se resume essencialmente ao fornecimento de resíduos, levando a se questionar se, de fato, podem ser consideradas parcerias.

Parceria semelhante – com o fornecimento regular de resíduos – foi firmada em maio de 2010 com a Advocacia Geral da União (AGU) para o recebimento de resíduos do prédio desta instituição, em São Paulo, no âmbito do disposto no Decreto s/n que criou o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. Passemos a analisá-lo.

10.2.1. O Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis

Em 11 de setembro de 2003 foi criado, mediante Decreto Federal s/nº, o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. Tal comitê, que é composto por diversos órgãos e entidades (elencadas no artigo 2º do citado decreto) – dentre eles os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e das Cidades, coordenadores - tem como objetivo principal coordenar e implantar a **Coleta Seletiva Solidária**, instituída pelo Decreto Lei 5.940/2006.

Este decreto institui esta modalidade de coleta em todos os órgãos da administração pública direta e indireta. Este programa de coleta, segundo o inciso I do artigo 2º do citado Decreto, tem por definição “(...) a coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis”.

Tal separação e posterior destinação ficam a cargo de uma comissão permanente de coleta seletiva, que deve ser formada, segundo o parágrafo primeiro do artigo 5º deste Decreto, por servidores do próprio órgão. Após a separação dos resíduos, estes devem, obrigatoriamente, ser entregues a cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis. Estas, por sua vez, foram previamente habilitadas, em uma sessão pública, promovida pela própria comissão de coleta seletiva do órgão em tela.

A habilitação da cooperativa e/ou associação se submete aos requisitos constantes dos incisos I ao IV, artigo 3º, do referido Decreto, a saber:

“Art. 3º Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

- I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;
- II - não possuam fins lucrativos;
- III - possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e
- IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados”.

Vale lembrar que a sessão pública de habilitação das cooperativas irá comprovar tais requisitos mediante a apresentação, por parte destas, do estatuto social e de declaração destas entidades de que as mesmas possuem a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade então pleiteada.

Infere-se, por este excerto, a importância que nosso legislador conferiu àquelas cooperativas regularmente constituídas, restringindo somente a estas a prerrogativa de participarem de tal programa de Coleta Seletiva Solidária.

Ainda se relacionando a questão do claro incentivo à prática de reciclagem e reaproveitamento dos resíduos, no âmbito da administração pública federal, há de se destacar a Instrução Normativa n.1, da Secretaria de Logística Tecnologia da Informação, subordinada, por sua vez, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tal instrução normativa é enfática em recomendar que a administração pública, direta e indireta, quando da contratação de obras, aquisição de bens ou serviços, certifique-se de que as empresas a serem contratadas adotem práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização (Instrução Normativa n.1 do MPOG, 2010).

As comissões instauradas nos órgãos e entidades da administração pública devem, semestralmente, enviar ao Comitê Interministerial a avaliação do processo de separação dos resíduos recicláveis descartados em suas unidades. Conforme contato pessoal diretamente realizado com a secretaria executiva do citado comitê, foi recebido, por esta pesquisadora, um sucinto relatório que mostra a evolução do programa de Coleta Seletiva Solidária na administração pública federal, em todo o Brasil. Constatou-se, no período de 2007 a 2009, que de um total de 10.000 prédios da administração pública federal, em todo o país, apenas 320 têm enviado relatórios semestrais para fins de controle, indicando o ainda baixo nível de aceitação deste programa pelos entes da administração.

No caso específico da AGU e seu processo de habilitação, a Cooperglicério sagrou-se vencedora na primeira sessão pública de habilitação de cooperativas. Tal cooperativa passou a recolher, semanalmente, a partir de 01º de junho de 2010, os resíduos do edifício sede desta instituição, composto por 15 andares, por um período de seis meses consecutivos, após o qual foi substituída por outra cooperativa, também selecionada na mesma sessão pública.

10.3 A Cooperação

Esta cooperativa, instituída formalmente em 2003, teve sua origem ligada a diversos outros núcleos de catadores da Região Oeste do município de São Paulo.

Através da união sob uma única denominação, cada um dos catadores procurava obter maiores ganhos com a reciclagem.

Desde seu surgimento, esta cooperativa foi marcada pela parceria com o poder público: foi a primeira cooperativa paulistana, formalizada através do Decreto 42.290/2002 - que instituiu o Programa Coleta Seletiva Solidária da Prefeitura de São Paulo – a contar com um estatuto. Atualmente, mantém convênio formal com a Prefeitura do Município de São Paulo; desta, além da cessão do galpão ocupado no bairro da Vila Leopoldina – bem como o pagamento das contas de água e energia -, recebe resíduos coletados pelos caminhões da própria prefeitura. Outrossim, mantém convênio com o BNDES, através do qual recebeu financiamento para a aquisição de instrumentos e maquinário, bem como para a promoção de cursos de alfabetização e conscientização do modelo cooperativista. Observe na foto a seguir, ao fundo do galpão, um dos caminhões próprios da Cooperação:

Fig. 3. Galpão da Cooperação; destaque ao fundo para o caminhão de propriedade da cooperativa

A aquisição de caminhões próprios (Figura 3) aumentou a capacidade produtiva da cooperativa, que pode buscar resíduos diretamente dos geradores e, na venda, pode negociar valores melhores para os materiais recicláveis, já que entrega tais materiais diretamente na empresa compradora. A figura 4, por sua vez, denota a grande quantidade de resíduos que chega à cooperativa – muito devido à parceria com a prefeitura, responsável pelo maior fornecimento de resíduos que a cooperativa recebe, atuando, no momento presente, em seu limite operacional.

Fig. 4. Galpão da Cooperação, destacando o recebimento de resíduos.

A coordenadora da Cooperação, Sra. Jacy, afirma, no entanto, que a parceria com a PMSP:

“Não traz muita coisa pra gente, não. Eles que fizeram nossa papelada, pra que a gente fosse de verdade uma cooperativa. Tem o espaço aqui também, mas eles podiam ajudar mais a gente. Curso de alfabetização ia ser muito bom... ou dar aqueles cursos de ensinar como os cooperados devem usar

equipamentos de proteção, tipo máscara, essas coisas....A gente até fala, mas eles não querem usar nunca!”

Durante a entrevista realizada com a coordenadora, foi notória a insatisfação em relação à parceria com a prefeitura. Infere-se que todos os cooperados esperavam, por parte do Poder Público, maior comprometimento com os rumos da cooperativa, com a qualidade das condições de trabalho e de vida de cada um dos membros. Ainda, a coordenadora destacou a total indiferença por parte da prefeitura nos assuntos de gestão da cooperativa, tão caros à existência e crescimento da cooperativa. Segundo suas palavras, “a prefeitura, depois que a gente se instituiu direitinho, só quer saber se a documentação tá em dia e trazer o lixo deles”

11. A competência pela gestão dos RSU

Fundamental, para complementar o acima exposto, é demonstrar a qual ente compete a gestão pelos RSU gerados no contexto descrito.

A redemocratização vivenciada pelo Estado brasileiro no final do século passado, que culminou com a promulgação de nossa Constituição Federal (CF) em 1988, é a responsável pelo real surgimento do conceito de gestão integrada e compartilhada dos RSU, presente também na Lei 12.300/2006 que institui a Política de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo. Esta Constituição permitiu a possibilidade de uma participação popular e intersetorial em questões antes tidas como exclusivamente responsabilidade do

Estado. Herança de um incipiente Estado de bem-estar social (cujo modelo mais aproximado ocorreu na era Vargas), essa responsabilidade se traduzia no antigo modelo de gestão de resíduos, no qual o Estado assumia a responsabilidade pela regulação, promoção e operação do sistema de resíduos sólidos. Uma das inovações da Carta Constitucional de 1988 foi a participação dos municípios de forma suplementar à atividade da União em serviços públicos de interesse local - aqui se encaixando a gestão dos RSU. Basta analisarmos o artigo 30 da Constituição Federal (1988) que “confere aos municípios a competência de legislar sobre assuntos de interesse locais” (inciso I), aqui se inferindo a questão da gestão dos resíduos sólidos. Mais diretamente relacionado seria o descrito no inciso V do mesmo artigo, que preconiza que o município deverá ainda organizar e/ou prestar serviços públicos de interesse local. Destaca-se ainda que essa prestação pode ser concedida a terceiros, em regime de concessão. Ou seja, é de competência dos municípios a gestão dos RSU gerados por sua população e por suas atividades correlacionadas.

Como já anteriormente descrito, certos municípios brasileiros vêm adotando um regime de parceria com cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis para efetuar a gestão dos resíduos; tal parceria tem se tornado inclusive modelo de políticas públicas no setor. De forma geral, as prefeituras dos municípios fornecem o espaço físico a ser ocupado pelas centrais de triagem, bem como caminhões para coleta dos resíduos. Cabe às cooperativas essencialmente o fornecimento de mão de obra para a realização da triagem dos resíduos.

A realidade destas parcerias de organizações civis e poder público nos remetem novamente à gestão integrada: mesmo que caiba ao Município a gestão pelos resíduos, deve haver um **espaço jurídico público**, que é o meio através do qual a comunidade pode interferir nas decisões e medidas a serem tomadas pelos órgãos do poder público, em prol do bem estar geral da população diretamente envolvida. Dallari (2008) preconiza este elemento como sendo indispensável para a efetiva democratização do Estado.

O artigo 2º da Lei Estadual 12.300 – que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo - ilustra o anteriormente afirmado, em seus incisos II e III, ao definir como elementos fundamentais a articulação entre poder público, iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil. Outrossim, ressalta a importância da participação dos diferentes órgãos do Poder Público, e entre os entes federados (estados, municípios e União). Dentro do parágrafo único do artigo 3º da mesma lei, é útil a transcrição integral de seu item nove:

“Incentivar a criação e o desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis que realizam a coleta e a separação, o beneficiamento e o reaproveitamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis”.

Especificamente no município de São Paulo, a legislação, mais específica e, portanto, mais operacional, tem na Lei 13.478/2002, em seu artigo 9º, inciso I, a responsabilidade

pela coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza conferida ao **Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo**. Já em seu artigo 3º, inciso II, “a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos serviços de limpeza urbana” como um dos parâmetros da gestão municipal de resíduos. Ainda nesta Lei é instituída a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, AMLURB, que irá conceder, nos termos da seção III da referida norma, as condições para a permissão para a coleta seletiva e triagem de resíduos.

Finalmente, a promulgação da PNRS (2010) trouxe à baila a questão da responsabilidade compartilhada por todo o ciclo de vida dos produtos, bem como a elaboração de planos de gestão dos resíduos em âmbito nacional, estadual e municipal, no prazo de dois anos.

12 Resultados

A aplicação dos indicadores elaborados por Besen (2011) – constantes da metodologia desta dissertação – processou-se nas duas cooperativas escolhidas para estudo de caso: Cooperglicério (i) e Cooperação (ii), e serão em seguida listados.

12.1 Resultado dos indicadores aplicados na Cooperglicério

a. Percentual de atendimento aos requisitos de regularização

A cooperglicério apresenta Estatuto Social, CNPJ, Atas de Assembléias Gerais, diretoria funcionando, livros em dia, emissão de notas e balanço anual, totalizando 7 requisitos

obrigatórios. Por sua vez, não recolhe qualquer tipo de imposto. Gradação obtida: 7/10

$X 100 = 70\%$ **Tendência média**

b. Implementação de instrumentos legais da parceria com a prefeitura

Inexistência de Contrato ou Convênio. **Tendência Baixa**

c. Percentual de qualidade das parcerias em relação às parcerias desejáveis.

As poucas parcerias realizadas pela Cooperglícério relacionam-se à doação de materiais recicláveis por diversas empresas e entidades do Poder Público, especialmente municipais. Podemos destacar as parcerias efetivadas com a FGV, que promove cursos de capacitação quanto ao modelo cooperativista, cessão de materiais recicláveis por parte da Secretaria Municipal de Saúde, da Educação, da Anatel e de óleo de cozinha usado pelo Hospital Bandeirantes. Cessão de espaço fornecido pela Prefeitura Municipal de São Paulo, contabilizando um total de três parcerias efetivadas: $3/7 \times 100 = 42,85\%$

Tendência Baixa

d. Percentual de diversificação de parcerias em relação às desejáveis.

A Cooperglícério tem parcerias com poder municipal, federal (AGU), serviço privado, catadores avulsos e entidades representativas de catadores: $5/8 \times 100 = 62,5\%$

Tendência Média

e. Percentual de diversificação de das atividades e serviços

A Cooperglicério, além da triagem e coleta de materiais, tem reaproveitado óleo de cozinha, elemento que tem trazido certos ganhos à cooperativa. Observe, nas figuras 5 e 6, a ilustração de tais atividade: $3/7 \times 100 = 42,85\%$ **Tendência Baixa**

Fig. 5. Estação móvel da Cooperglicério para coleta de óleo de cozinha usado.

Fig. 6. Bicicleta utilizada pela Cooperglícério na coleta residencial de óleo de cozinha usado.

f. Percentual de atendimento aos requisitos desejáveis de auto-gestão

A Cooperglícério preenche todos os requisitos levantados para a auto-gestão, contando inclusive com tesoureiro e contador para o correto rateio do valor das vendas. O mural de comunicação é permanentemente atualizado, informando a todos os membros as datas das assembléias, as decisões tomadas, bem como valores de rateio obtidos – conforme Figura 7, que apresenta o mural de comunicação interna da Cooperglícério: **100% Tendência Alta.**

Fig. 7. Mural de comunicação interna da Cooperglicério.

g. Percentual de participação dos membros em reuniões auto-gestionárias

Em 2010, houve três reuniões, sendo que em uma delas, faltaram nove membros; na segunda, apenas seis membros estiveram ausentes e na outra, extraordinária, faltaram 16 (de um total de 39 catadores). $89/39 \times 3 = 76\%$ **Tendência Média**

h. Percentual de membros capacitados em relação ao total.

Capacitados para o desenvolvimento das atividades de reciclagem são apenas o presidente, o tesoureiro e 15 membros, já que a rotatividade, segundo o presidente, é acentuada: $15/39 \times 100 = 38\%$. **Tendência Baixa**

i. Percentual de membros que não permanecem na organização (rotatividade)

O presidente da Cooperglicério mostrou registro do último ano, no qual mais da metade dos antigos membros saíram. Nos últimos seis meses, saíram da Cooperglicério 22 membros: **64% Tendência Baixa**

j. Percentual de benefícios proporcionados aos membros:

Os cooperados, nos meses que antecedem as férias, acabam por trabalhar mais, para acumular dinheiro para o gozo do recesso. Não há qualquer tipo de licença, prêmios ou convênio. Há o oferecimento de cursos de alfabetização aos cooperados – esporádico, de forma não regular - oferecido pelos alunos dos cursos de licenciatura em letras e em pedagogia da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, porém somente nos semestres ímpares, quando a disciplina de prática de ensino é oferecida aos alunos citados. Assim, obtemos o índice de apenas. $1/8 \times 100 = 12,5\%$ **Tendência Baixa.**

k. Renda média mensal por membro (R\$) em relação ao salário mínimo

Cada cooperado recebe, em média, R\$ 450,00. **Tendência baixa.**

l. Eficiência média da produtividade por catador em toneladas/catador/mês

A produtividade média por catador, dos últimos 6 meses, foi de 1,50t/mês. **Tendência Média.**

m. Percentual de equipamentos e veículos próprios em relação aos cedidos

Os únicos equipamentos próprios da Cooperglicério são uma balança bastante rudimentar e um veículo modelo Kombi para o transporte dos resíduos. Como equipamentos cedidos, encontram-se apenas dois computadores, que ainda não estão em funcionamento. As Figuras 8 e 9 mostram o veículo Kombi e a balança, bastante antiga,

ambos comprados com recursos da própria cooperativa. A Figura 10 apresenta a foto dos computadores doados pela Fundação Getúlio Vargas, que ainda não estão em funcionamento por problemas de fiação elétrica e desconhecimento na operação dos mesmos. $2/4 \times 100 = 50\%$ **Tendência Baixa.**

Fig. 8. Único veículo da Cooperglicério, adquirido com recursos próprios.

Fig. 9. Computadores, ainda sem uso, doados à Cooperagricério.

Fig. 10. Única balança da Cooperglicério.

n. Percentual de horas trabalhadas pelos membros em relação às horas de trabalho da organização

A média diária de trabalho de cada cooperado é de 7 horas/dia, mas é bastante variada para cada cooperado. $7/12 \times 100 = 58,3\%$ **Tendência Média**

o. Percentual de relação de ganhos entre gêneros por hora mensal trabalhada e por atividade.

A Cooperglicério tem como princípio a divisão igualitária de todos os valores obtidos com as atividades de reciclagem, sendo inclusive indiferente a atividade desenvolvida por cada cooperado. O presidente, quando perguntado sobre o acúmulo de horas para gozo de férias, afirmou que, a divisão é igualitária àqueles que trabalham as 7 horas médias diárias, durante os cinco dias por semana. Àqueles que faltam, há um desconto proporcional nos valores a serem recebidos, bem como acréscimo proporcional àqueles que trabalham mais horas, especificamente para gozo de férias. Destarte, não há divisão de ganhos entre os sexos. **Tendência Alta.**

p. Percentual de atendimento aos requisitos de saúde no trabalho

Não houve, segundo o presidente, qualquer acidente de trabalho no período de um ano. Ainda, os cooperados recolhem individualmente o INSS, sendo tal recolhimento eminentemente voluntário, não havendo qualquer exigência deste cumprimento por parte da cooperativa. Os demais elementos não são observados: a vacinação é motivada pessoalmente, sem controle geral, assim como os exames médicos. Não há registro de prevenção de LER ou treinamento para carregamento limitado de peso durante as atividades desenvolvidas. A higiene no local de trabalho é muito ruim – inclusive a copa

improvisada na qual os cooperados se alimentam; a mesa utilizada para alimentação fica bastante próxima ao galpão de resíduos e a quantidade de moscas que acabam por entrar na copa é bastante elevada. $2/9 \times 100 = 22\%$ **Tendência Baixa**

q. Percentual de atendimento aos requisitos de segurança e salubridade do ambiente de trabalho.

A limpeza do ambiente, segundo relatos dos cooperados, é feita diariamente mediante varrição, mas de forma bastante precária. Dada a elevada quantidade de resíduos espalhados no chão, a varrição fica restrita aos locais livres, próximo à entrada da cooperativa e da sala da coordenação. Foram encontradas fezes secas de animais, denotando a deficiência nesta varrição. A Figura 11 destaca a insalubridade do ambiente. O controle de vetores processa-se apenas uma vez por mês, mediante aplicação de inseticidas comuns. A ventilação é bastante razoável, já que não há teto contínuo – tão somente a cobertura do próprio viaduto. Não foi detectado nenhum sistema de prevenção de incêndios; os resíduos geralmente ficam expostos, sendo cobertos raramente com grandes lonas. Os odores são fortes, mesmo em face da grande ventilação do ambiente. $2/6 \times 100 = 33,34\%$ **Tendência Baixa**

Fig. 11. Ambiente de trabalho da Cooperglicério, destacando fezes de animais misturadas aos resíduos que ainda serão triados.

r. Percentual de membros que usam equipamentos de proteção individual – EPIs

As luvas, embora constituam o único EPI utilizado na Cooperglicério, são usadas por todos os membros, sem exceção. Assim, temos: **100% Tendência Alta.**

12.2 Resultado dos indicadores aplicados na Cooperação

a. Percentual de atendimento aos requisitos de regularização

A cooperação apresenta Estatuto Social, CNPJ, Registro na OCESP, Atas de Assembléias Gerais, diretoria funcionando, recolhimento de impostos, recolhimento de fundos obrigatórios (FAT e Fundo de Reserva), livros em dia, emissão de notas fiscais e balanço anual; complementando todos os requisitos obrigatórios.

Percentual: 100% Tendência alta

b. Implementação de instrumentos legais da parceria com a prefeitura

Existe convênio firmado com a Prefeitura, mas sem remuneração pelo serviço.

Tendência Média.

c. Percentual de qualidade das parcerias em relação às parcerias desejáveis.

A parceria com a Prefeitura de São Paulo rende à Cooperação o aluguel do espaço ocupado pela cooperativa, bem como o pagamento das contas de água e luz. Por fim, a prefeitura traz resíduos recicláveis coletados à cooperativa.

No entanto, segundo a coordenadora, a parceria que mais tem rendido frutos à Cooperação é aquela firmada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). Por meio de financiamentos específicos para cooperativas de reciclagem, a Cooperação conseguiu adquirir dois caminhões, uma empilhadeira e duas fragmentadoras de papel. Além disso, o financiamento junto ao BNDES tem proporcionado à Cooperação contratar diretamente serviços de alfabetização e

capacitação dos cooperados, especialmente aqueles cursos com enfoque nos princípios cooperativistas.

Há ainda outros tipos de parceria, exclusivamente firmados para o recebimento de resíduos; a Figura 04 destaca a chegada do caminhão de resíduos oriundos da Universidade de São Paulo, no âmbito do projeto USP Recicla: **Percentual $4/7 \times 100 = 57\%$ Tendência Média**

d. Percentual de diversificação de parcerias em relação às desejáveis.

A Cooperação tem parcerias com o poder municipal, com o BNDES e com a CEMPRE – Compromisso Empresarial com a Reciclagem. É formada, ainda, por diversos núcleos de catadores: Núcleo Vira Lata; Nova Era; Esperança; Reciclázaro; Reciclavila; Cooper cose e Cooperação. **Percentual: $4/8 \times 100 = 50\%$ Tendência Baixa**

e. Percentual de diversificação das atividades e serviços

A Cooperação tem promovido apenas a triagem e coleta de materiais. **Percentual: $2/7 \times 100 = 28,57\%$ Tendência Baixa**

f. Percentual de atendimento aos requisitos desejáveis de auto-gestão

A Cooperação preenche todos os requisitos levantados para a auto-gestão, contando inclusive com o apoio de escritório de contabilidade. As Assembléias – geral e extraordinária – são devidamente publicadas, inclusive no Diário do Comércio.

Percentual: 100% Tendência Alta

g. Percentual de participação dos membros em reuniões auto-gestionárias

No ano de 2010, houve três reuniões, sendo que em uma delas, faltaram nove membros, na segunda, 12 estiveram ausentes e na outra, extraordinária, faltaram 25 (de um total de 62 catadores). $140/62 \times 3 = 75\%$ **Tendência Média**

h. Percentual de membros capacitados em relação ao total

Na cooperativa, é disponibilizado, a todos os membros, cursos de capacitação para o desenvolvimento das atividades de reciclagem, mas não há, segundo a coordenadora, controle rígido de participação. Ela acredita, no entanto, que estejam presentes, quase sempre, cerca de 60% dos cooperados fixos da cooperativa.

60%: Tendência Média

i. Percentual de membros que não permanecem na organização (rotatividade)

Nos últimos seis meses, foram registradas a saída de apenas 10 membros. A coordenadora atribui esta redução – que em anos anteriores era mais acentuada – à impossibilidade de retorno dos membros à cooperativa, quando optarem por sair. Assim, temos: $60/70 \times 100 = 85\%$ **Tendência Alta**

j. Percentual de benefícios proporcionados aos membros:

É retirado, mensalmente e de modo compulsório, 10% do rendimento atribuído a cada cooperado, para que este possa, após o período aquisitivo de um ano, tirar férias. Além deste valor, é retirado valor também para a contribuição compulsória ao INSS – como requisito do convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo. Assim, como segurados da previdência social, há gozo de licença maternidade. Há ainda cursos de alfabetização contratados junto a profissionais custeados pela própria cooperativa, com recursos levantados junto ao BNDES. Não há prêmios ou outro convênio.

$3/8 \times 100 = 37,5\%$ **Tendência Baixa.**

k. Renda média mensal por membro (R\$) em relação ao salário mínimo

Cada cooperado recebe, em média, R\$ 750,00 – valor bruto, sem os devidos descontos. Cabe destacar que, no entanto, diferentemente da Cooperaglicério, na Cooperação cada cooperado recebe por produtividade, não sendo dividida a renda líquida igualmente entre os cooperados.

Tendência média (de 1 a 2 salários mínimos)

l. Eficiência média da produtividade por catador em toneladas/catador/mês

A Cooperação apresenta elevada produtividade, já que conta com equipamentos que otimizam o trabalho, tais como empilhadeira e prensa. A Figura 13 apresenta a quantidade de resíduos prontos para comercialização: A média dos últimos 6 meses foi de: 10t/mês. **Tendência Alta.**

Fig. 12. Materiais prontos para comercialização na Cooperação.

m. Percentual de equipamentos e veículos próprios em relação aos cedidos

A Cooperação possui dois caminhões, uma empilhadeira e duas fragmentadoras de papel. A Prefeitura Municipal não empresta equipamentos, mas disponibiliza dois caminhões para que a Cooperativa elabore um trajeto de coleta de resíduos e os disponibilize na cooperativa. **100%: Tendência Alta**

n. Percentual de horas trabalhadas pelos membros em relação às horas de trabalho da organização

A média de trabalho de cada cooperado é de 8 horas/dia, mas é bastante variada para cada cooperado. $8/12 \times 100 = 66,7\%$ **Tendência Média**

o. Percentual de relação de ganhos entre gêneros por hora mensal trabalhada e por atividade.

O ganho feminino tem média de R\$ 3,4/hora e o masculino de R\$ 4,5/hora.

$3,4/4,5 \times 100 = 75\%$ **Tendência Média**

p. Percentual de atendimento aos requisitos de saúde no trabalho

Os acidentes de trabalho são regularmente registrados no âmbito da cooperativa – não constando nenhum acidente grave no período de um ano. O recolhimento de INSS é compulsório e realizado antes da distribuição dos rendimentos pela coordenação da cooperativa. Os demais elementos não são observados: a vacinação é motivada pessoalmente, sem controle geral, assim como os exames médicos. Não há registro de prevenção de LER ou treinamento para carregamento limitado de peso durante as atividades desenvolvidas. A higiene no local de trabalho é levemente insatisfatória, dada a grande quantidade de moscas e mosquitos, inclusive na copa – improvisada pelos cooperados - de modo que os mesmos escolhem se alimentar externamente a ela, próximo à saída, mas adjacente às pilhas de resíduos. A comunicação no ambiente de trabalho, por sua vez, é facilitada, já que não há paredes ou grandes empecilhos à visualização e comunicação. O ambiente é consideravelmente mais silencioso que

aquele da Cooperglícério – já que a rua na qual a Cooperação se encontra é bem menos movimentada. $3/9 \times 100 = 33,4\%$ **Tendência Baixa**

q. Percentual de atendimento aos requisitos de segurança e salubridade do ambiente de trabalho.

A varrição do galpão é feita apenas de 2 a 3 vezes por semana, pelos próprios cooperados, em caráter de escala, bem como as áreas do refeitório e do banheiro. Não há nenhum tipo de controle de vetores – como relatado, observamos a grande incidência de moscas e mosquitos. A coordenadora afirma que já entrou em contato diversas vezes com a Prefeitura Municipal e com a Vigilância Sanitária, para que pudesse ser feito o controle de insetos, mas ela aguarda há mais de três meses por uma equipe. A ventilação é bastante razoável, já que o telhado é bastante alto, não sendo contínuo às paredes. Há grandes portões, que permanecem abertos durante todo o tempo de atividade da cooperativa. Não foi detectado nenhum sistema de prevenção de incêndios; os resíduos geralmente ficam expostos, sendo empacotados apenas após a triagem – quando então são encaminhados para a venda. Os odores são fortes, mesmo em face da grande ventilação do ambiente.

Por fim, foi observada a existência de água suja, oriunda da lavagem do galpão, escoando livremente, sem qualquer tipo de contenção ou cobertura.

$2/6 \times 100 = 33,34\%$ **Tendência Baixa**

r. Percentual de membros que usam equipamentos de proteção individual – EPIs

A coordenadora afirma que, mesmo em face do treinamento recebido, os cooperados não utilizam nenhum EPI; nem mesmo luvas. **0%: Tendência Baixa**

Tabela 2. Comparação entre os indicadores de sustentabilidade levantados na Cooperglicério e na Cooperação

Indicadores	Cooperativas e tendência à sustentabilidade	
	Cooperglicério	Cooperação
1. Atendimento aos requisitos de regularização (%)	70% - Tendência média	100% - Tendência alta
2. Implementação de instrumentos legais da parceria com a prefeitura	Tendência baixa - inexistência de convênio	Tendência média
3. Percentual de qualidade das parcerias em relação às parcerias desejáveis (%)	42,85% - Tendência baixa	57% - Tendência média
4. Percentual de diversificação de parcerias em relação às desejáveis (%)	62,5% - Tendência média	50% Tendência baixa
5. Percentual de diversificação das atividades e serviços (%)	42,85% - Tendência baixa	28,57% - Tendência baixa
6. Percentual de atendimento aos requisitos desejáveis de auto-gestão (%)	100% - Tendência alta	100% Tendência alta
7. Percentual de participação dos membros em reuniões auto-gestionárias (%)	76% - Tendência média	75% - Tendência média
8. Percentual de membros capacitados em relação ao total (%)	38% - Tendência baixa	60% Tendência média
9. Percentual de membros que não permanecem na organização (Rotatividade) (%)	64% - Tendência baixa	85% - Tendência baixa
10. Percentual de benefícios proporcionados aos membros (%)	12,5% - Tendência baixa	37,5% - Tendência baixa
11. Renda média mensal por membro em relação ao salário mínimo (R\$)	Tendência baixa	Tendência média
12. Eficiência média da produtividade por catador (ton/catador /mês)	Tendência média	Tendência alta
13. Percentual de equipamentos e veículos próprios em relação aos cedidos (%)	50% - Tendência baixa	100% - Tendência alta
14. Percentual de horas trabalhadas pelos membros em relação às horas de trabalho da organização	58,3% - Tendência média	66,7% - Tendência média
15. Percentual de relação de ganhos entre gêneros por hora mensal trabalhada e por atividade (%)	Não há diferença - Tendência alta	75% - Tendência média
16. Percentual de atendimento aos requisitos de saúde no trabalho. (%)	22% - Tendência baixa	33,4% - Tendência baixa
17. Percentual de atendimento aos requisitos de segurança e salubridade do ambiente de trabalho (%)	33,4% - Tendência baixa	33,34% - Tendência baixa
18. Percentual de membros que usam equipamentos de proteção individual - EPIS (%)	100% - Tendência alta	0% - Tendência baixa

Tabela 3. Comparativo quantitativo das tendências de sustentabilidade observadas na Cooperglicério e na Cooperação

<u>Tendências</u>	<u>Cooperglicério</u>	<u>Cooperação</u>
Alta	4	4
Média	5	7
Baixa	9	7

13. Discussão

O crescimento da importância das cooperativas de catadores, como modelo a ser seguido pela gestão compartilhada dos RSU, pode ser comprovado pelo incremento de parcerias realizadas entre o poder público e tais cooperativas em todo o Brasil. Essa realidade encontra também guarida na nova PNRS, que estimula, claramente, a formação de cooperativas e suas parcerias com o poder público e com a sociedade civil. Porém, como ventilado no escopo da presente pesquisa, resta pertinente a análise da qualidade destas parcerias. O estudo da cooperativa parceira da PMSP, e sua eventual comparação com a Cooperglicério – cooperativa que não mantém convênio com a PMSP – teve o objetivo de suscitar algumas inferências e, principalmente, trazer pontos a serem discutidos nesta dissertação e aprofundados em estudos posteriores.

Analisaremos criticamente, pois, alguns elementos, considerados de maior relevo da presente pesquisa.

i) A questão das cooperativas de fachada

Ao tratarmos da existência e desenvolvimento de cooperativas, o tema das cooperativas de fachada surge, muitas vezes como modo de explicar o insucesso na real inclusão dos membros de determinadas organizações. Tal fato, certamente, permeia a realidade de diversas “cooperativas”, não sendo diferente para aquelas de catadores. No entanto, no presente estudo, não podemos atribuir às “cooperगतos” qualquer dificuldade encontrada pelas cooperativas ora estudadas – aqui insere a ASMARE, associação paradigma do estudo. As “cooperfraudes”, na visão de Martins e Bastos (1998), são:

Em síntese quer-nos parecer que como acontece com outras realidades sociais, em que predomina o idealismo, também nas cooperativas constata-se que os objetivos efetivamente alcançados ficam muito aquém daqueles para os quais foram criados.

Assim é que se mostra muito frequente o desvirtuamento do espírito cooperativo (...) desviando a entidade por meios nos mais das vezes espúrios, dos fins sociais. Daí ser a presença da lei necessária. (Martins e Bastos, 1998, p. 120).

De fato, pelas observações realizadas, bem como pela aplicação dos indicadores, não podemos afirmar que os princípios cooperativistas não são observados nas cooperativas em tela, caracterizando uma fraude de um empresário capitalista travestida de empreendimento cooperativo. Tal realidade, por sua vez, não quer dizer que os objetivos de fato alcançados pelas cooperativas estudadas não fiquem aquém dos idealizados pelo empreendimento cooperativista, mas que, tão somente, não podemos atribuir às fraudes a limitação dos resultados realmente obtidos.

Nos casos estudados, as cooperativas apresentam estatuto social, no qual os nomes de todos os membros figuram como sócios. É aberta, ainda, a todos estes membros a participação nas reuniões autogestionárias, sendo ainda possível a estes candidatar-se a qualquer cargo de direção/coordenação. Por sua vez, as eventuais regras – tais como as da ASMARE, de rodízio na faxina do ambiente como requisito para o recebimento de vale transporte – são oriundas de um processo democrático na tomada de decisões, e não impostas verticalmente – o que denotaria a existência de um sistema hierarquizado, típico dos empreendimentos capitalistas. Temos de destacar, apenas, a

existência na Cooperglicério, como anteriormente abordado, de três catadores que se utilizam do espaço físico da cooperativa para exercer, individualmente, suas atividades de reciclagem. Tal fato, antes de caracterizar uma fraude, denota a ignorância dos benefícios que podem ser trazidos pelo empreendimento cooperativistas a todos os seus membros, quando plenamente exercido. Aparentemente, a estes “cooperados”, o trabalho individual surge como mais vantajoso, mas factualmente, se trata de distorção, ocasionada, entre outros motivos, por questões próprias de organização, que serão posteriormente analisadas.

Considerando a qualidade das parcerias firmadas com a PMSP, especialmente pelos relatos da coordenadora da Cooperação, inferimos que trata-se, essencialmente, de acordo formal, com exigências de ordem legal, sem qualquer outro tipo de qualificação dos membros e total ausência de fiscalização da realidade cooperativa. Destarte, não podemos afirmar que a existência de convênio formal com o poder público teria o condão de evitar a ocorrência das “cooperativas de fachada”.

Adicionalmente, é flagrante a existência de sérios problemas de gestão no âmbito das cooperativas – que serão posteriormente abordados – que se encontram adjacentes à principal dificuldade das cooperativas estudadas: a ignorância, por parte dos membros, dos princípios cooperativistas. Passemos, então, a estudá-los.

ii) O Funcionamento da organização cooperativista

Considerando os princípios cooperativistas previamente explanados na presente pesquisa, e compreendidos, também, nos indicadores de sustentabilidade aplicados -, em nenhuma das duas cooperativas estes foram plenamente observados.

Inicialmente, cabe destacar que na Cooperação, diversamente do que ocorre na Cooperglicério, não há um rateio pleno de toda a renda obtida pela venda dos materiais recicláveis, sendo pago a cada indivíduo o equivalente ao montante produzido por cada um, de forma individual. Tal sistema de divisão das rendas acarreta uma verdadeira divisão do trabalho, na qual os homens mais jovens e fortes ocupam atividades consideradas de maior força, e que geram maior produtividade. É o caso da prensa, operada quase exclusivamente por homens, em detrimento da atividade de triagem, realizada em sua maioria por mulheres, e que ocasiona menor produtividade. Esta divisão acaba por acarretar a diferença na remuneração por gênero, constatada na aplicação dos indicadores, conferindo à Cooperação, neste tocante, tendência média de sustentabilidade. No entanto, é mister considerar que, neste caso, a diferença na remuneração é indiretamente relacionada à questão de gênero; trata-se, antes, de questão de remunerações diversas para atividades diversas que, reflexamente, acaba por incidir na questão de gênero.

Em contrapartida, a ASMARE, obrigando todos os membros a exercerem atividades não produtivas diretamente – como a faxina –, em sistema de rodízio, buscou mitigar tal diferença de gênero. Porém, há barreiras aparentemente intransponíveis para a total igualdade dos gêneros, oriundas das diferenças naturais entre os sexos. A propósito, a superioridade da força masculina foi o ingrediente principal que levou os

três catadores da Cooperglicério a se manterem independentes, não concordando em dividir sua força de trabalho com os demais membros – já que na Cooperglicério, toda a renda gerada é dividida igualmente.

Prosseguindo na análise da estrutura das cooperativas, em ambas as cooperativas estudadas *in loco*, o problema de gestão veio à tona, especialmente na Cooperglicério, que além de condições mais insalubres para o desenvolvimento de suas atividades, com menor produtividade, tem que lidar ainda com a total ausência da garantia de direitos mínimos aos cooperados – tais como recolhimento de INSS, férias, licença-maternidade, entre outras.

A discussão acerca da gestão de empreendimentos cooperativistas é recorrente, muitas vezes sendo atribuído a ele, erroneamente, muitas dificuldades pelas quais as cooperativas passam. De fato, o discurso de que há necessidade de modernização da gestão em um mercado cada vez mais globalizado enfatiza tal entendimento. Porém, devemos nos ater a real dificuldade dos empreendimentos cooperativistas: o desconhecimento dos membros e gestores sobre os reais princípios cooperativistas. Nascimento (2000) enfatiza que:

Por acaso tem as cooperativas problemas de gerência diferentes das demais empresas? Na grande maioria dos casos, o problema das cooperativas não é de origem administrativa nem gerencial. É de falta de doutrina e de educação cooperativa, de cuja carência surgem os problemas de

capitalização, de endividamento, de não participação, de total falta de identidade, de integração, de solidarismo. Sem resolvê-la adequadamente, não se conseguirá nenhum êxito permanente e a continuidade da cooperativa estará sempre em risco, por maior que seja o número de profissionais e sua qualificação. (Nascimento, 2000, p. 70).

Assim, mesmo em face do caráter fundamental da capacitação de todos os cooperados para a gestão do empreendimento cooperativistas, em ambas as cooperativas estudadas os cursos com este escopo são esporádicos e, no caso específico da Cooperglicério, dada a grande rotatividade, muitos dos membros saem da cooperativa sem sequer ter tido qualquer capacitação neste sentido. No caso da Cooperação – com menor rotatividade – considerando-se os recursos escassos, conseguidos mediante financiamento no BNDES, há opção por cursos de alfabetização, em detrimento daqueles de capacitação cooperativista. A prefeitura municipal não contribui para a existência destes cursos, fato relatado pela coordenadora da Cooperação como “uma grande falta”.

Assim, forma-se um ciclo no qual a própria coordenação, face aos recursos escassos – e pela própria cultura já perpetrada, de ausência de capacitação – passam a perpetuar um modelo de gestão que não abarca a capacitação de seus membros, gerando malefícios que ultrapassam aqueles oriundos de problemas clássicos, meramente de gestão.

Por fim, sob a perspectiva dos indicadores de sustentabilidade ora levantados na Cooperação e na Cooperglicério, a partir dos resultados consubstanciados na tabela 03, foi possível calcular **os índices de sustentabilidade** dessas organizações. Tais índices, elaboradas por Besen (2011), apresentam gradação de 0 a 1 ponto – quanto mais próxima de 1, mais sustentável a organização será. No caso em tela, a Cooperação apresentou índice **0,4**, enquanto a Cooperglicério, **0,3**, denotando a pequena diferença que separa as cooperativas estudadas quanto aos critérios de sustentabilidade.

iii) A Parceria com a Prefeitura Municipal

Resta destacar quais são, factualmente, as vantagens oferecidas aos catadores que, organizados sob uma cooperativa, firmam parceria com a PMSP. No caso da presente dissertação, apenas a Cooperação mantém tal convênio. A Cooperglicério, por sua vez, prescinde de tal parceria, mas, segundo o presidente, tem interesse em, futuramente, firmar tal convênio. A propósito, quando questionado sobre o motivo que o levava a ter interesse na parceria, encontramos forte convergência com o relatado por Silva e Ribeiro (2009), em pesquisa realizada com catadores autônomos; o interesse maior seria a regularidade no fornecimento de resíduos, sem a necessidade de que os próprios cooperados saíssem às ruas para recolher resíduos – como se processa na realidade da Cooperglicério, diferentemente do que ocorre na Cooperação. Além do fornecimento regular de resíduos, haveria a preservação da saúde dos cooperados, que deixariam de se expor a toda sorte de perigos. Em planos secundários, as pesquisadoras destacam outros

interesses levantados por catadores autônomos para a firmação de convênio com a prefeitura:

Em segundo lugar, na lista das vantagens, indicaram o material que as concessionárias do serviço de limpeza pública levam para as centrais de triagem operadas pelas cooperativas parceiras do programa da prefeitura. A infraestrutura e o espaço físico apareceram juntos em terceiro lugar. Segundo todos os entrevistados, outra vantagem importante de estarem incluídos no programa da prefeitura era a legalização do espaço. A existência de espaço físico adequado e legalizado é um fator relevante para que o grupo se sustente. (Silva e Ribeiro, 2009, p. 276)

De fato, a regularidade no fornecimento de materiais é vantagem aludida pela coordenadora da Cooperação, bem como o espaço físico, água encanada e energia elétrica são outras garantias. Diametralmente oposta encontra-se a Cooperaglicério, que acabou ocupando terreno improvisado – sob o viaduto do Glicério – cuja regularidade no fornecimento de energia elétrica, com caixa de força instalada pela Eletropaulo, ocorreu somente recentemente, sendo motivo de orgulho para todos os cooperados. A Figura 14 ilustra tal conquista, já garantida à Cooperação desde sua fundação, quando já era parceira da PMSP:

Fig. 13. Caixa de força da Cooperglícério instalada pela Eletropaulo.

Adicionalmente, os membros da Cooperação citam ainda, como vantagem da parceria em tela, a compulsoriedade no recolhimento do INSS, que acaba por gerar inúmeros benefícios, tais como férias, licença saúde e/ou maternidade e a própria aposentadoria. A Cooperglícério, por sua vez, deixa ao arbítrio de seus cooperados o recolhimento da contribuição previdenciária, sem, no entanto, promover qualquer tipo de informação aos membros sobre a relevância de tal contribuição, o que acaba por gerar baixo nível de adesão dos membros às contribuições.

iv) Situação socioeconômica e condições de trabalho

A realidade das cooperativas de catadores – conveniadas ou não ao Poder Público – se revelou bastante parecida. Tal fato deve-se, em muito, à questão de que às exigências formais para firmar convênios com cooperativas não correspondem, em contrapartida, fornecimento de condições mínimas de trabalho e segurança. Basta observarmos o discurso da coordenadora da Cooperação, Sra. Jacy:

“A prefeitura só quer saber se estamos em dia com a „papelada“. Tá vendo a quantidade de mosquito aqui? Faz dois meses que pedi pra eles virem aqui – até na Vigilância Sanitária já liguei – mas nada! Tem uma cooperada aqui com sintoma de dengue. A água por aqui acumula demais, quando chove é um terror nesse galpão....”

Neste pequeno trecho podemos observar que não há, por parte da prefeitura municipal, qualquer preocupação com a salubridade do local de trabalho dos cooperados. Ainda segundo a coordenadora, nenhum dos cooperados utiliza-se de EPIs e não há, por parte da prefeitura, qualquer treinamento ou fiscalização efetiva que enfoque a relevância do uso destes equipamentos.

Situação muito semelhante ocorre na Cooperglicério, na qual os cooperados utilizam-se apenas de luvas – muitas delas rasgadas, conforme observação direta desta pesquisadora. Ambos os coordenadores lamentaram o fato de não haver qualquer treinamento aos cooperados; a prefeitura, segundo a coordenadora da Cooperação, nunca

ofereceu qualquer tipo de treinamento. Já o presidente da Cooperglicério, por sua vez, esperava que a AGU oferecesse tal curso, quando o convênio com este órgão foi firmado. Porém, nada consta no Decreto que instituiu tal convênio quanto à responsabilidade da Administração Pública Federal sobre treinamentos aos cooperados conveniados. Destarte, resta pertinente o fato de que, mesmo em face de convênio formal estabelecido com o poder público, a situação de insalubridade – com todos os riscos que tal situação traz em seu bojo – difere muito pouco entre uma cooperativa parceira daquela relativamente independente do poder público.

14 Conclusão

Ao final da análise dos resultados, é pertinente observar a semelhança entre as duas cooperativas estudadas. A raiz de tal semelhança está na qualidade das parcerias firmadas entre estas e o poder público. Como destacado, a PMSP destaca requisitos formais a serem seguidos pelas cooperativas – tais como a exigência de recolhimento de INSS –, que acabam tendo a função de alterar, substancialmente, a realidade dos cooperados. Porém, tal parceria em nada contribui para a realização de capacitações – especialmente aquelas voltadas à autogestão – que possibilitariam um real desenvolvimento das cooperativas, aproximando-as de associações mais competitivas.

Em contrapartida, dada a situação de precariedade predominante, a grande maioria das cooperativas de catadores também não apresenta condições de autogestão eficiente, capacitação para lidarem com segurança com os resíduos coletado e sequer

consciência plena da organização cooperativista – caso da Cooperglícério, que passa a “locar” parte de sua área, cedida pela prefeitura, para catadores autônomos. Ora, claro está que estes catadores não julgaram que participar de uma cooperativa lhe trariam algum benefício maior do que contarem exclusivamente com sua força de trabalho. Tal fato denota a fragilidade da organização cooperativista, mesmo daquela independente do poder público.

A presente pesquisa denota a fragilidade das parcerias existentes entre cooperativas de catadores e as prefeituras municipais – em adição, também da nova modalidade de parceria com o poder público, mediante o Programa de Coleta Seletiva Solidária – fragilidade esta existente especificamente no aspecto de vantagens efetivas trazidas aos cooperados. Mostra-se, então, extremamente relevante a existência de novos estudos que busquem compreender e fornecer subsídios para a melhoria da qualidade das parcerias, com maior comprometimento do poder público na efetiva inclusão social de seus membros.

15 Referências

- ANDRADE, H. S.; FIGUEIREDO, G.; FARIA, C. A. P. A trajetória histórica e organizativa da população de rua de Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão. In: Kemp, V., Crivellari, H.(org.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 49-64.

- ARAÚJO, N.; LIMA, J. C. Trabalho Associado, Capital e Reação Sindical: As cooperativas de trabalho industrial. Comunicação apresentada ao GT Trabalho e Sociedade; **XXII Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Caxambu, outubro de 1998. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=391&textCode=1476&date=currentDate>, acesso em 10.07.2011.

- BESEN, G. R. **Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade**. São Paulo: USP, 2011. 275p. Tese (doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2011

- BESEN, G. R.; JACOBI, P. R. Gestão de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 90 – 104, 2006

- BESEN, G. R. et al. **Resíduos Sólidos : vulnerabilidade e perspectivas. A insustentabilidade da geração excessiva de resíduos sólidos.** In: Meio ambiente e saúde: o desafio das metrópoles. Saldiva et al Org. Ex Libris, São Paulo, 2010.

- BRASIL, Lei n. 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as leis n. 6.766 de 19 de Dezembro de 1979 8.036, de 11 de Maio de 1990, 8.666 de 21 de Junho de 1993, 8.987 de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n. 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Sítio do Ministério da Previdência Social,** disponível em <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/2007/11445.htm>, acesso em 21.09.2009.

- BRASIL, Lei Federal 11.445/2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n^{os} 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n^o 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm#art57, acesso em 20.08.2011.

- BRASIL, Decreto n. 5.940, de 25 de Outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm. Acesso em 02.04.2011.
- BRASIL, Decreto s/n, de 11 de Setembro de 2003. Cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9975.htm, acesso em 01º.07.2010.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL, Lei n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Sítio da **Presidência da República Federativa do Brasil**, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm, acesso em 05.11.2009.
- BRASIL, Decreto Lei n. 5452 de 01º de maio de 1943.
- DALLARI, S. G. O conteúdo do direito à saúde. **O Direito Achado na Rua**, São Paulo, v. 12, Módulo 1, p. 91 – 100, 2000.

- DWORKIN, R. **Uma Questão de Princípio**. Tradução Luis Carlos Borges, Martins Fontes: São Paulo, 2005.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Lei n. 12.300 de 16 de Março de 2006. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes. **Sítio da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**, disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/estadual/leis/2006%20Lei%2012300.pdf>, acesso em 20.09.2009.
- FELICIANO, G. G. **Das Cooperativas na Perspectiva Luso-Brasileira. Comercialidade e Participação Social. O que são, o que podem e o que não devem ser**. LTR, 1ª edição, São Paulo, 2009.
- FERREIRA, J. A. **Lixo Hospitalar e Domiciliar: Semelhanças e Diferenças – Estudo de Caso no Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1997. Tese de doutorado – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- FERREIRA, J. A., ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 689 – 696, 2001, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n3/4651.pdf>, acesso em 20.12.2009.

- FREITAS, M. V. O; NEVES, M. A. Cidade e Trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In: Kemp, V. H.; Crivellari, H. (org.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 105-141.
- GONÇALVES, J. A.; OLIVEIRA, F. G.; SILVA, D. T. A. Dezoito anos catando papel em Belo Horizonte. **Revista Estudos Avançados**. n. 63, p. 231-238, maio/ago. 2008.
- HOLANDA, M.C. et.al. **Inclusão Social no Ceará: um sistema de acompanhamento e avaliação**. 2003. Fortaleza: 2003. IPECE. (Texto para discussão n.10).
- IACOMINI, M.; ROCHA, M. As associações e o Novo Código Civil In: **Direito Societário Contemporâneo I**. Quartier Latin: São Paulo, 2009.
- JARA, M. K., SATGAR, V. International Cooperative Experiences and Lessons for the Eastern Cape Cooperative Development Strategy: A Literature Review. **ECSECC – Eastern Cape Socio Economic Consultative Council – Working Paper**. N. 02, jun/julho 2008. Disponível em http://www.copac.org.za/files/ECSECC_workingpaper_5.pdf, acesso em 04.07.2011.

- JACOBI, P. R.; TEIXEIRA, M. A. C. Criação do Capital Social: O caso ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, vol. 02, junho de 1997.

- JUSTO, M. G. Vida nas Ruas de São Paulo e Alternativas Possíveis - um Enfoque Socioambiental. **Interfacehs**, vol. 03, n. 01, jan/abr de 2008, p. 01/27.

- KEMP, V. H. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In: Kemp, V. H.; Crivellari, H. (org.). **Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 23-48.

- MAGERA, M. **Os Empresários do Lixo – Um Paradoxo da Modernidade**. Campinas, 2ª Edição, São Paulo: Editora Átomo, 2005.

- NASCIMENTO, F. R. **Cooperativismo como Alternativa de Mudança – Uma abordagem normativa**. Editora Forense, 1ª edição, Rio de Janeiro, 2000.

- NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111 – 179, 2003, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>, acesso em 15.11.2010.

- OLIVEIRA, P. S. Entrevista: Economia Solidária, Paul Singer. **Estudos Avançados**. Vol. 22, n. 62, São Paulo, jan/abr de 2008.

- OLIVEIRA, S. Caracterização física dos resíduos sólidos domésticos (RSD) da cidade de Botucatu/SP. **Revista Abes**. jul/ago 1999. Disponível em: <http://www.botucatu.sp.gov.br/artigos/RevABES.pdf>. Acesso em 05.04.2011.

- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei 13.478 de 30 de Dezembro de 2002. Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana – FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana - FMLU, e dá outras providências. **Portal da Prefeitura de São Paulo**, disponível em <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//arquivos/secretarias/financas/legislacao/Lei-13478-2002.pdf>, acesso em 20.09.2009.

- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Decreto n. 48. 7999, de 09 de Outubro de 2007. Confere nova normatização ao Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, altera a sua denominação para Programa

Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis e revoga o Decreto nº 42.290, de 15 de agosto de 2002. **Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo**, disponível em

http://74.125.95.132/search?q=cache:MWcs_5s60DEJ:www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/aa_legislacao/aa_leg_municipal/Decreto252048799.doc+decreto+48799&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br, acesso em 20.09.2009.

- PICCININI, V. C. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6º, n.12, p. 68-105, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n12/22257.pdf>, acesso em 25.09.2009.

- RÊGO, R. C. F.; BARRETO, M. L.; KILLINGER, C. L. O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol. 18, n. 06, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000600012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt, acesso em 10.01.2010.

- RIBEIRO, H. et al. **Coleta Seletiva com Inclusão Social**. São Paulo: Annablume, 2009.

- RODRIGUES, A. C. **Impactos socioambientais de resíduos de equipamentos elétrico e eletrônicos: estudo da cadeia pós-consumo no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – UNIMEP, Santa Bárbara d'Oeste, 2007.
- SABBAG, S. N. **A Percepção do Trabalhador sobre o Desemprego e a Estruturação do Trabalho Cooperativado. São Paulo**. 2003. Tese (Doutorado em Saúde Pública, área de concentração Saúde Materno Infantil) – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2003.
- SEBRAE, **Projeto Recicla – Reciclagem Gerando Renda** - disponível em: http://www.sebraesp.com.br/inovacao_tecnologia/gestao_ambiental/projeto_recicla, acesso em 02.06.2010.
- SANTOS, N. J. **As cooperativas de trabalho na flexibilização das relações de trabalho**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – PUC – SP, 1999.
- SILVA, M. W. D. **Possibilidades e limites do cooperativismo pelo prisma de entidades de representação das cooperativas: uma análise comparativa entre a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) e a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos da Economia Social do Brasil (UNISOL/Brasil)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

- SILVA, M. P.; RIBEIRO, H. Grupos de catadores autônomos na coleta seletiva do município de São Paulo. **Cadernos Metrôpoles**. 1º sem/2009, p. 261-279, n. 21.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TORRES, H. R. **As Organizações dos Catadores de Material Reciclável: Inclusão e Sustentabilidade. O caso da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável , ASMARE, em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UNB). Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.unbcds.pro.br/publicacoes/HenriqueTorres.pdf>, acesso em 05.06.2011.
- VELLOSO, M. P., SANTOS, E. M., ANJOS, L. M. Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol. 13, n.4, 1997. Disponível em http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1997000400012&script=sci_arttext, acesso em 15.12.2009.
- VIANA , M. A. C. et al. **População de rua: quem é, como vive e como é vista**. São Paulo, Hucitec, 1992.

Ana Amélia Calaça Magni

Possui graduação em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo; obteve o título de bacharel em 2004 e o de licenciada em 2006. Atualmente cursando o segundo ano de direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de S. Paulo. Desenvolvendo projeto de mestrado, na área de Saúde Ambiental, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 04/12/2010

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/8428055515106493>

**Certificado
pelo autor em
04/12/10**

Dados pessoais

Nome Ana Amélia Calaça Magni

**Nome em citações
bibliográficas** MAGNI, A. A. C.

Sexo Feminino

Formação acadêmica/Titulação

- 2009** Mestrado em andamento em Saúde Pública (Conceito CAPES 5) .
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Condições de trabalho e impactos à saúde de trabalhadores que atuam em cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos do município de São Paulo., *Orientador:* Wanda Maria Risso Günther.
- 2008** Graduação em andamento em Direito .
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
- 2001 - 2004** Graduação em Ciências Biológicas .
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Queima da Palha de Cana de Açúcar no Estado de S. Paulo : Vantagens e Desvantagens.
Orientador: Profª Drª Helena Ribeiro.

Formação complementar

- 2001 - 2001** Recuperação de Áreas Degradadas. (Carga horária: 12h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
- 2001 - 2001** Manejo e Conservação de Felinos. (Carga horária: 8h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Atuação profissional

Faculdade de Direito, FD, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010 Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 20

Outras informações Estagiária CEPA - Centro de Estudos de Problemas Ambientais, ligado à pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Ana Maria Nusdeo

Centro Acadêmico XI de Agosto - FDUSP, CA XI DE AGOSTO, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010 Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 6

Outras informações Estagiária do Departamento Jurídico do CA XI de Agosto, conveniado à Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Prefeitura Municipal de Campinas, P/CAMPINAS, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2005 Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2003 - 2003 Vínculo: Livre, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 42, Regime: Dedicção exclusiva.

Outras informações Estágio realizado no Zoológico Bosque dos Jequitibás, com ênfase em manejo de animais e elaboração de plano de gestão para o zoológico, sob a orientação da Drª Eliana Ferraz.

Atividades

Wanda Maria Risso Günther

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

Graduada em Engenharia Civi-IMT (1981) e Ciências Sociais-FFLCH/USP (1986), especialização Engenharia de Saúde Pública (1985), mestrado (1993) e doutorado em Saúde Pública (1998) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora associada da Faculdade de Saúde Pública/USP, vice-coordenadora do Quadrilátero Saúde/Direito da USP, vice-coordenadora da Área de Concentração Saúde Ambiental do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Coordenadora do Programa USP Recicla-FSP e representante titular da USP no Conselho Estadual de Saneamento-CONESAN. Ministra disciplinas na graduação e pós-graduação, desenvolve pesquisas e orientações na pós-graduação com ênfase em questões de resíduos sólidos, gestão ambiental, saúde ambiental e saúde pública. Tem experiência na área de Saúde Pública, com ênfase na inter-relação Ambiente - Saúde, atuando principalmente nos temas: saneamento ambiental, resíduos sólidos, gestão ambiental, saúde ambiental, políticas públicas e educação ambiental.

(Texto informado pelo autor)

Última atualização do currículo em 04/10/2011

Endereço para acessar este CV:

<http://lattes.cnpq.br/3519732742853340>

**Certificado
pelo autor em
04/10/11**

[Rede de Colaboração](#)

[Diretório de grupos de pesquisa](#)

[SciELO - artigos em texto completo](#)

Dados pessoais

Nome Wanda Maria Risso Günther

Nome em citações bibliográficas GÜNTHER, W. M. R.; Günther, Wanda Maria Risso; Günther, Wanda M.R.; Risso Gunther, Wanda

Sexo Feminino

Endereço profissional Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Ambiental.
Av. Dr. Arnaldo, 715
Cerqueira César
01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 30617889 Fax: (11) 30617732
URL da Homepage: www.fsp.usp.br

Formação acadêmica/Titulação

- 2008** Livre-docência.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Resíduos sólidos no contexto da saúde ambiental, *Ano de obtenção:* 2008.
Palavras-chave: Resíduos Sólidos; Saúde Ambiental; Gestão de Resíduos Sólidos.
Grande área: Ciências da Saúde / *Área:* Saúde Coletiva.
Grande área: Ciências da Saúde / *Área:* Saúde Coletiva / *Subárea:* Saúde Pública / *Especialidade:* Saúde Ambiental.
Sectores de atividade: Saúde e Serviços Sociais.
- 2010 - 2011** Pós-Doutorado .
Universidade Autónoma de Madrid.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ,CNPq ,Brasil .
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Sanitária.
- 1994 - 1998** Doutorado em Saúde Pública .
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Contaminação ambiental por disposição inadequada de resíduos industriais contendo metais pesados - estudo de caso, *Ano de Obtenção:* 1998.
Orientador: ☺ Carlos Celso do Amaral e Silva.
Palavras-chave: resíduos industriais; contaminação ambiental; Áreas contaminadas; Poluição do Solo.
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Sanitária / *Subárea:* Contaminação Ambiental / *Especialidade:* Contaminação Ambiental Por Resíduos Industriais.
- 1987 - 1993** Mestrado em Saúde Pública .
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - a caracterização como instrumento básico para a abordagem do problema, *Ano de Obtenção:* 1993.
Orientador: Aristides Almeida Rocha.
Palavras-chave: Resíduos Sólidos; resíduos de serviços de saúde; gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
Grande área: Engenharias / *Área:* Engenharia Sanitária / *Subárea:* Resíduos Sólidos / *Especialidade:* Resíduos de Serviços de Saúde.
- 1985 - 1985** Especialização em Curso de Especialização em Engenharia de Saúde Púb .
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Título: Não houve monografia.
- 1982 - 1986** Graduação em Ciências Sociais .
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
- 1977 - 1981** Graduação em Engenharia Civil .
Instituto Maua de Tecnologia, IMT, Brasil.

Formação complementar